


Zimbra

092449090531@tre-ba.jus.br

ESCRITA - IMPUGNAÇÃO TRE -P.E 90027/2025

De : LICITAÇÕES ESCRITA <licitacoes@escrita-e.com.br>

qua., 10 de dez. de 2025 11:26

 8 anexos

Assunto : ESCRITA - IMPUGNAÇÃO TRE -P.E 90027/2025

Para : selic@tre-ba.jus.br

Cc : 'Valeria' <valeria@escrita-e.com.br>

**Prezada Pregoeira,
Bom dia!**

Segue em anexo, **IMPUGNAÇÃO** que se refere ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90027/2025.

Ref.: Pregão Eletrônico nº. 90027/2025

Data do certame: 16/12/2025 às 09:00hs

Objeto: Contratação de serviços de outsourcing de impressão, para dar continuidade ao serviço de impressão, digitalização e reprografia existente no Tribunal, abrangendo o fornecimento e instalação de equipamentos com manutenção corretiva, fornecimento de todas as peças, partes ou componentes necessários, bem como de todos os suprimentos e materiais de consumo de primeiro uso, não reciclado e não remanufaturado, exceto papel, serviços de assistência técnica, gerenciamento e controle da produção, a fim de atender as unidades do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Zonas Eleitorais do Estado, Centrais de Atendimento ao Público (CAP) e Postos de Atendimentos (SAC e PAE) da Capital e do Interior do Estado.

Favor confirmar o recebimento.

Atenciosamente,

Escrita-E
Desde 1984 imprimindo soluções

Saniris Durães
Comercial
71. 2108-8815 / 3192-1000
71. 99134-0910 
www.escrita-e.com.br

 **IMPUGNAÇÃO ESCRITA.PDF**
233 KB

 **Acórdão 3141 de 2019 Plenário (1).pdf**
1 MB

 **Acórdão 2829 de 2015 Plenário.pdf**
688 KB

 **06 - Rg. Elsa.pdf**
160 KB

 **02 - RG ARMANDO AUTENTICADO .pdf**
407 KB

 **01 - ALTERAÇÃO CONTRATUAL 2024 CONSOLIDADO.PDF**
2 MB



Procuração Elsa.pdf

542 KB

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA.

A/C DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / EQUIPE DE APOIO
REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90027/2025

PROCESSO SEI Nº 0016631-57.2025.6.05.8000
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

ESCRITA COMERCIO E SERVICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **16.306.870/0001-23**, sediada na Av. Alphaville, nº 199, Bairro Alphaville I, Salvador/BA, CEP 41.701-015, neste ato representada por seu representante legal infra-assinado, vem, com o devido acatamento e tempestividade, nos termos do **art. 164 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, apresentar **IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA** aos termos do Edital do Pregão em epígrafe, cujas cláusulas restritivas à competitividade e carentes de motivação técnica adequada merecem ser revistas por esta Douta Administração, pelos fundamentos fáticos e jurídicos que passa a expor:

I – DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO

Preliminarmente, cumpre registrar que a sessão pública do certame está agendada para o dia **16 de dezembro de 2025**. Conforme dispõe o art. 164 da Lei nº 14.133/2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame.

Considerando a data do protocolo desta peça (10/12/2025), resta evidente a tempestividade da presente impugnação, devendo a mesma ser conhecida e processada, com a consequente resposta e divulgação em sítio eletrônico oficial, nos termos do parágrafo único do dispositivo legal supracitado.

II – SÍNTESE FÁTICA E OBJETO DA CONTROVÉRSIA

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) deflagrou o presente processo licitatório visando a contratação de serviços de *outsourcing* de impressão. Ocorre que, ao analisar o Instrumento Convocatório, a Impugnante deparou-se com exigências técnicas nos **Itens 1.1 e 4.4.3.1 do Termo de Referência (Anexo I)** que restringem indevidamente o universo de competidores, ao vedarem, de forma absoluta e sumária, o fornecimento de insumos que não sejam "originais de primeiro uso".

Verbis das cláusulas impugnadas:

Item 1.1: *"...fornecimento de todas as peças [...] bem como de todos os suprimentos e materiais de consumo de primeiro uso, **não reciclado e não remanufaturado**, exceto papel..."*

Item 4.4.3.1 ("b"): *"...todos os materiais de consumo deverão ser originais, novos, de primeira qualidade, de primeiro uso, **não remanufaturados, não reciclados...**"*

Para fundamentar tal restrição, o Edital faz menção expressa, no item 4.4.3.1 ("c"), à **Decisão nº 1.622/2002 - Plenário do TCU**.

A controvérsia reside no fato de que tal exigência, baseada em entendimento jurisprudencial de **mais de duas décadas atrás**, ignora a profunda evolução tecnológica da indústria de remanufatura, a vigência da Nova Lei de Licitações (que exige motivação técnica concreta para restrições) e a atualizada jurisprudência da Corte de Contas, que condena restrições genéricas desacompanhadas de laudos técnicos comprobatórios.

III – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

3.1. DA VIOLAÇÃO AO ART. 41 DA LEI 14.133/2021 – INDICAÇÃO INDIRETA DE MARCA SEM JUSTIFICATIVA

A exigência de que os suprimentos sejam "originais" (entendidos como aqueles fabricados pelo detentor da marca do equipamento) constitui, inegavelmente, uma **indicação indireta de marca**. Ao exigir "cartucho original", a Administração está, por

via transversa, exigindo "cartucho da marca X" (HP, Samsung, Lexmark, etc.), criando uma reserva de mercado para os fabricantes dos equipamentos.

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) inovou ao trazer regras mais rígidas para a especificação do objeto, vedando o direcionamento sem causa justificada. Dispõe o **Art. 41**:

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
[...]

Parágrafo único. É vedada a indicação de marca ou modelo, ressalvadas as hipóteses do inciso I do caput deste artigo.

A *mens legis* é clara: a indicação de marca (ou de procedência "original", que a ela se equipara) é exceção, não regra. E, como exceção, depende de **justificativa formal**.

No caso em tela, a Administração falhou em seu dever de motivação. Não consta nos autos do processo licitatório, tampouco no Edital ou seus anexos, qualquer **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** ou **Laudo Pericial** realizado no parque de máquinas do TRE-BA que comprove, tecnicamente, que o uso de suprimentos compatíveis ou remanufaturados de alta qualidade causaria danos aos equipamentos ou perda de garantia.

A restrição foi imposta de forma abstrata, baseada em um dogma ("remanufaturado é ruim") que não encontra respaldo na realidade técnica atual, violando o princípio da motivação dos atos administrativos.

3.2. DA EVOLUÇÃO E SUPERAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO TCU (DISTINGUISHING)

O Edital ancora-se na Decisão nº 1.622/2002 do TCU. Contudo, é imperioso realizar o *distinguishing* (distinção) e demonstrar a superação desse entendimento (overruling) pela jurisprudência mais moderna da Corte de Contas.

O **Acórdão nº 2.829/2015 – Plenário** (Rel. Min. Bruno Dantas), juntado a esta peça, consolidou o entendimento de que especificações técnicas excessivas que direcionam o certame para um determinado fabricante (ou seus revendedores autorizados) são ilegais se não forem tecnicamente imprescindíveis.

Extraí-se do voto condutor do referido Acórdão lição aplicável perfeitamente ao caso:

"A padronização... não pode ser realizada ao alvedrio da Administração, devendo ser precedida de procedimento específico, cuja escolha deve ser objetiva e técnica, fundamentada em estudos, laudos, perícias e pareceres que demonstrem as vantagens econômicas e a requerida satisfação do interesse público."

Da mesma forma, o **Acórdão nº 3.141/2019 – Plenário** reforça que restrições à competitividade baseadas em requisitos de habilitação ou técnicos (como atestados ou especificações de produto) que não se mostram essenciais à execução do objeto ferem o interesse público. Portanto, qualquer exigência de natureza técnica deve se fundamentar em estudos e justificativas.

Ao insistir em uma decisão de 2002, o TRE-BA ignora que o Tribunal de Contas da União evoluiu para exigir **prova de risco**. Se a Administração não prova que o similar causa dano, ela não pode proibi-lo. A presunção de que apenas o "original" serve é uma presunção *iuris tantum* que foi derogada pela necessidade de ampliar a competição.

3.3. DO PRINCÍPIO DA VANTAJOSIDADE E DA ECONOMICIDADE

A vedação sumária a produtos compatíveis ou remanufaturados cria um "lock-in" (aprisionamento tecnológico), obrigando a Administração a pagar preços de monopólio pelos insumos originais. É fato notório que suprimentos originais custam, em média, de 30% a 60% a mais que suprimentos remanufaturados de primeira linha, sem devida comprovação da vantagem na qualidade e na economicidade.

O art. 11 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a licitação tem por objetivo assegurar a seleção da **proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso**.

Perguntamo-nos: onde está a vantajosidade em pagar o dobro do preço por um cartucho original, se um cartucho remanufaturado, com certificação ISO 9001/14001 e garantia total (incluindo cobertura para danos à impressora), entrega o mesmo rendimento de páginas e a mesma qualidade de impressão?

Ao impedir que empresas de *outsourcing* utilizem insumos de menor custo (mas com qualidade garantida), o Edital inflaciona artificialmente o valor da contratação, ferindo o princípio da economicidade e da eficiência administrativa.

3.4. DA CONTRADIÇÃO COM A POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE E LOGÍSTICA REVERSA

O Edital apresenta uma contradição lógica interna insanável.

O Item 4.1 do Termo de Referência ("Critérios de Sustentabilidade") e o Item 4.4.3.1 ("g") exigem o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e a realização de logística reversa.

Ora, a remanufatura é o exemplo máximo de eficácia na hierarquia da gestão de resíduos sólidos. Ela prolonga a vida útil dos componentes (carcaças plásticas, engrenagens), evitando o descarte prematuro e a extração de nova matéria-prima virgem (petróleo para plásticos).

O **Art. 5º da Lei nº 14.133/2021** impõe a observância do princípio do **desenvolvimento nacional sustentável**. Proibir a remanufatura em favor de produtos "de primeiro uso" (que geram mais lixo após o uso único) é uma medida ambientalmente retrógrada.

Se a preocupação da Administração é com a qualidade ambiental, ela deveria exigir certificações (como ISO 14001) e planos de logística reversa, e não vetar a tecnologia de remanufatura em si.

IV – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, restando cristalino que a exigência de "suprimentos originais de primeiro uso" carece de fundamentação técnica contemporânea, viola os princípios

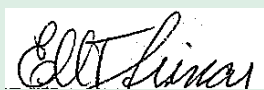
da competitividade e da economicidade, e afronta os dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e a jurisprudência atualizada do TCU, requer a Impugnante:

1. O **RECEBIMENTO E CONHECIMENTO** da presente Impugnação, eis que tempestiva e legítima;
2. No mérito, o **ACOLHIMENTO** do pedido para determinar a **RETIFICAÇÃO DO EDITAL**, especificamente nos itens **1.1** e **4.4.3.1** do Termo de Referência, para:
 - o **Excluir a vedação** às expressões "não reciclado", "não remanufaturado" e "de primeiro uso";
 - o Substituir tais vedações por **critérios objetivos de qualidade**, permitindo o fornecimento de suprimentos compatíveis ou remanufaturados, desde que a Contratada comprove o rendimento e a qualidade de impressão (ex: laudos conforme normas ABNT NBR ISO/IEC 19752 e 19798) e ofereça garantia integral contra danos aos equipamentos;
3. Caso a Administração entenda por manter a restrição, requer-se, alternativamente, a **SUSPENSÃO DO CERTAME *sine die***, para que seja anexado aos autos e publicado no portal da transparência o indispensável **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) ou LAUDO PERICIAL**, fundamentado em dados empíricos do parque de máquinas do TRE-BA, que justifique tecnicamente a incompatibilidade absoluta de suprimentos similares, em cumprimento ao **Art. 41, I, da Lei 14.133/2021**.

Certos de que esta Administração pauta seus atos pela legalidade e pela busca do interesse público, aguarda-se o deferimento.

Salvador/BA, 10 de dezembro de 2025.

Termos em que,
Pede deferimento.



ESCRITA COMERCIO E SERVICOS LTDA

CNPJ: 16.306.870/0001-23

Representante Legal

GRUPO II - CLASSE VII - Plenário

TC 019.804/2014-8

Natureza: Representação

Órgão: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul

Responsáveis: Alfredo Gonçalves Béda (639.529.121-15); Ivan Ferreira Domingues (143.610.271-53); Wiliam Ricardo Correia Dias (780.109.261-91)

Representação legal: não há

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS. EQUIPAMENTOS DE REDES. SUPOSTO DIRECIONAMENTO DA LICITAÇÃO. AUDIÊNCIA DOS GESTORES. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DESCRIÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO E DAS HIPÓTESES DE DIRECIONAMENTO. EXISTÊNCIA DE OUTRAS MARCAS E MODELOS QUE PODERIAM ATENDER AO OBJETO. NÃO COMPROVAÇÃO DE DIRECIONAMENTO. OUTRAS FALHAS QUE DEVEM SER PREVENIDAS. CIÊNCIA AO ÓRGÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

1. O direcionamento da licitação mediante a descrição do objeto caracteriza-se pela inserção, no instrumento convocatório, de características atípicas dos bens ou serviços a serem adquiridos.

2. O órgão licitante deve identificar um conjunto representativo de diversos modelos existentes no mercado que atendam completamente as necessidades da Administração antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de modo a evitar o direcionamento do certame para modelo específico e a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado (Acórdão 2.383/2014-TCU-Plenário).

3. A vedação à indicação de marca (arts. 15, § 7º, inciso I, e 25, inciso I, da Lei 8.666/1993) não se confunde com a menção à marca de referência, que deriva da necessidade de caracterizar/descrever de forma adequada, sucinta e clara o objeto da licitação (arts. 14, 38, caput, e 40, inciso I, da mesma Lei). A diferença básica entre os dois institutos é que o primeiro (excepcionado pelo art. 7º, § 5º, da Lei 8.666/1993), admite a realização de licitação de objeto sem similaridade nos casos em que for tecnicamente justificável, ao passo que o segundo é empregado meramente como forma de melhor identificar o objeto da licitação, impondo-se a aceitação de objeto similar à marca de referência mencionada.

4. A padronização, uma das hipóteses para eventual indicação de marca específica, é um instrumento dirigido a aquisições futuras e não pode ser realizada ao alvedrio da Administração, devendo ser precedida de procedimento específico, cuja escolha deve ser objetiva e técnica, fundamentada em estudos, laudos, perícias e pareceres que demonstrem as vantagens econômicas e a requerida satisfação do interesse público.

5. A descrição do objeto de forma a atender às necessidades específicas da entidade promotora do certame não configura direcionamento da licitação, mormente quando não há no edital injustificada indicação ou mesmo menção de marca específica e quando se verifica no mercado a existência de outros modelos que poderiam atender completamente as especificações ali descritas.
6. A segregação de funções é princípio básico de controle interno que consiste na separação de atribuições ou responsabilidades entre diferentes pessoas, especialmente as funções ou atividades-chave de formalização, autorização, execução, atesto/aprovação, registro e revisão, facultando a revisão por setores diferentes nas várias etapas do processo e impedindo que a mesma pessoa seja responsável por mais de uma atividade sensível ao mesmo tempo, sem o devido controle. Nesse sentido, as Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005 e a IN-SLTI/MPOG 4/2014, no caso de soluções de TI, estabelecem claramente as atribuições e responsabilidades de cada agente envolvido nas diversas fases do processo de contratação.
7. O argumento de que o valor do melhor lance estaria abaixo do orçamento estimativo e que, portanto, estaria atendido o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração somente merece guarida quando evidenciado que a pesquisa de preços da licitação foi feita de acordo com a melhor técnica possível para cada caso, a exemplo dos parâmetros definidos na IN-SLTI/MPOG 5/2014.

RELATÓRIO

Por registrar com propriedade as principais ocorrências havidas no andamento deste processo, resumindo os fundamentos das peças até então acostadas aos autos, adoto como relatório a instrução do auditor responsável pela análise do processo (peça 33), *in verbis*:

“I - INTRODUÇÃO

Trata-se de Representação autuada a partir de Solicitação de Atendimento da Ouvidoria desta Corte de Contas (Manifestação nº 217732), na qual são noticiadas possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico nº 17/2014, levado a efeito pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul - IFMS. Em exame inicial do feito, esta Unidade Técnica entendeu pela necessidade de realização de audiência dos gestores identificados como responsáveis pela elaboração do termo de referência do Pregão Eletrônico nº 17/2014, o qual continha especificações que, por excessivas, acabaram propiciando o direcionamento da licitação em apreço a fornecedores específicos (Peça 17).

2. Em cumprimento ao Despacho do Sr. Secretário de Controle Externo em Mato Grosso do Sul exarado à Peça 18/p. 01, foram expedidos os Ofícios Secex/MS nº 781 (reiterado por meio do Ofício nº 830/2014 - Peça 28) a 783/2014, de 13/10/2014, (Peças 21/3), onde os Srs. Alfredo Gonçalves Béda, Coordenador de Compras e Contratos, Willian Ricardo Correia Dias, Diretor de Gestão da Tecnologia da Informação, e Ivan Ferreira Domingues, Ordenador de Despesa, todos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul - IFMS, foram instados a apresentar razões de justificativa em razão de terem assinado o Termo de Referência constante do Edital de Licitação referente ao Pregão Eletrônico nº 17/2014, que tinha por objeto ‘Registro de Preços para aquisição de equipamentos de TI que irão prover a ampla comunicação e gerência na rede de dados do IFMS, tanto no ambiente interno de cada unidade, quanto entre as unidades separadas geograficamente, em conjunto com links de dados já

contratados de operadora de telefonia, contemplando a Reitoria e os 7 (sete) campus do IFMS em atividade', contendo 'restrição à competitividade e ao princípio da isonomia, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666/93, com indicação disfarçada de marca nas especificações técnicas, em afronta inclusive ao teor da Súmula TCU nº 270, uma vez que na forma em que foram definidos os itens componentes do Edital, especialmente no seu Termo de Referência, houve restrição da participação de outros concorrentes no certame, pois as especificações limitaram o fornecimento de equipamentos a um único fabricante, no caso a Cisco, conforme apontado na impugnação ao Edital apresentada pela empresa INOVVA (Peça 6/p. 43/47) e que foi confirmado pelo resultado da Licitação, onde, para os itens dos grupos 1 e 3, houve apresentação de propostas de equipamentos de um único fabricante, coincidentemente a Cisco'.

3. Devidamente cientificados, conforme atestam os documentos acostados às Peças 24/6 e 31, os responsáveis fizeram encaminhar a esta Unidade Técnica as razões de justificativas constantes das Peças 29, 30 e 32, a seguir analisadas.

II - DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA

II.1 - Sr. Alfredo Gonçalves Béda, Coordenador de Compras e Contratos do IFMS (Peça 32).

4. Em resposta aos questionamentos do Tribunal, o Sr. Alfredo Gonçalves Béda, Coordenador de Compras e Contratos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul - IFMS, inicialmente, afirma que 'a prática adotada pelo IFMS em seus editais é de que o mesmo siga padrões formais pré-estabelecidos pela Procuradoria Jurídica do órgão, sendo que a responsabilidade pela conferência dos itens relacionados à parte procedimental do processo licitatório (prazos, critérios de participação, envio de proposta, etc.) fica a cargo do pregoeiro, o que, consequentemente, gera a obrigação de assinar o edital juntamente do Ordenador de Despesas, que é o responsável pelo órgão'.

5. Segue, desta feita, afirmando que 'a mesma situação se aplica ao Termo de Referência do Edital (Anexo I), onde constam itens relacionados diretamente à parte administrativa do processo, tais como sanções administrativas, emissão de notas fiscais, especificações de pagamento, etc., cuja responsabilidade de conferência recai, também, sobre o pregoeiro designado para conduzir a licitação. Atualmente, além da função de Coordenador de Compras e Contratos, acumulo a função de pregoeiro oficial da Reitoria do IFMS, o que faz com que eu seja responsável pela parte administrativa dos editais de licitação dessa UASG'.

6. Comenta ainda que se trata de 'questão consolidada no órgão que, quando os itens a serem adquiridos/contratados envolvam descrições técnicas que estão fora das competências administrativas da PROAD, o Termo de Referência da licitação deve ser assinado por três partes: setor técnico, responsável pela solicitação dos itens e pela futura conferência dos mesmos; pregoeiro, responsável pela parte administrativa do edital, conforme já citado; e Ordenador de Despesas, responsável pelo órgão como um todo, sendo que cada um assume no processo as responsabilidades inerentes às suas funções'.

7. Acrescenta que, 'no que diz respeito à licitação em epígrafe, tenho a confirmar que todas as exigências técnicas acerca dos equipamentos, constantes no Termo de Referência do Edital, estão dentro das especificações técnicas enviadas pela Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação e, por não estarem dentro de minha esfera de conhecimento e atuação, não foram, portanto, analisadas por mim'.

8. Argumenta também que, 'de acordo com a 'Análise dos atos praticados no pregão', constante na Representação TC 019.804/2014-8, não houve qualquer irregularidade administrativa no certame, conforme demonstra parte do parecer do relator, reproduzida abaixo:

[...] não constatamos existência de qualquer ato irregular praticado pelo pregoeiro ou pela Administração, o qual transcorreu normalmente e não se registrou nenhuma impugnação ou intenção de recursos por parte de licitantes [...]. Inclusive, conforme demonstrado em itens precedentes, houve relativa competitividade e redução significativa dos preços de referência adotados pela Administração'.

9. Finaliza, asseverando que, ‘sendo assim, resta claro que minha participação no processo, com as respectivas assinaturas constantes nos autos, não envolve participação em qualquer descrição técnica dos itens do pregão, sendo restrita às questões administrativas do certame, as quais já foram consideradas válidas e ratificadas por esta competente secretaria de controle externo, o que elimina qualquer responsabilidade adicional no caso em comento’.

10. Em rápida síntese, conforme se constata nas palavras apresentadas pelo referido gestor, o mesmo não se julga responsável pelas possíveis irregularidades encontradas no certame sob análise, haja vista o mesmo ter as suas condições técnicas analisadas e definidas por outros responsáveis, diretamente afeitos às particularidades exigíveis para a licitação. Em outras palavras, o Sr. Alfredo Gonçalves Béda, Coordenador de Compras e Contratos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul - IFMS, busca transferir a responsabilidade sobre ‘qualquer descrição técnica dos itens do pregão’, destacado que a sua participação ficou ‘restrita às questões administrativas do certame’.

II.2 - Sr. Ivan Ferreira Domingues, Ordenador de Despesa do IFMS (Peça 29).

11. Já o Sr. Ivan Ferreira Domingues, Ordenador de Despesa do IFMS, em arrazoado acostado à Peça 29, argumenta, inicialmente, que ‘assinei o Termo de Referência relativo ao Pregão 17/2014 juntamente com o Pregoeiro e o técnico responsável pela TI do Instituto dentro das formalidades exigidas para o prosseguimento do Processo Licitatório. Neste momento temos que o Termo é estritamente técnico, dada a aquisição de itens para o desenvolvimento da tecnologia de informação’. A seguir, relata o trâmite percorrido pelo referido processo licitatório, afirmando que:

‘2. Na data de 19 de maio de 2014, o processo foi encaminhado para análise da Procuradoria Jurídica.

3. No período de 09 de junho a 18 de julho de 2014, encontrei-me em licença médica.

4. A chamada convocatória para o Certame foi publicada no DOU em 02.07.2014. No dia 03.07.2014 fui desligado das atribuições do cargo de Pró-reitor de Administração (Portaria nº 1177/12014).

5. A partir de 10 de julho de 2014 ocorre troca de correspondência entre o Pregoeiro e a empresa Innova.

6. O Pregão 17/2014 é homologado em 16 de agosto de 2014, data em que já me encontrava afastado das atribuições de ordenança’.

12. Ao final de sua breve manifestação, reforça seu entendimento, salientando que, ‘diante dos fatos narrados acima e comprovados através dos documentos anexos, solicito de Vossa Senhoria o meu afastamento de qualquer responsabilidade como Ordenador de Despesa na decisão eminentemente técnica de que trata o Termo de Referência e demais andamento do processo até a sua Homologação em relação a possíveis vícios’.

II.3 - Sr. Willian Ricardo Correia Dias, Diretor de Gestão da Tecnologia da Informação do IFMS (Peça 30).

13. Por seu turno, o Sr. Willian Ricardo Correia Dias, Diretor de Gestão da Tecnologia da Informação do IFMS, inicia suas argumentações apresentando breve histórico acerca do IFMS, destacando que ‘assumiu a então Assessoria de Tecnologia da Informação (ASINF), hoje Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DIRTI), dando início aos projetos de construção de rede física e lógica para tramitação de voz e dados, e aquisição de equipamentos necessários para tal no IFMS’, e que ‘o primeiro passo para que se iniciasse qualquer projeto, era a reestruturação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que até então não tinha bem definido em sua primeira versão, o dimensionamento quanto aos custos e os equipamentos que seriam necessários para aquisição e a contratação de serviços de comunicação, passando então a tomar corpo mediante as avaliações e pesquisa em cada unidade sobre as necessidades atuais e previsões futuras’.

14. Acrescenta que, ‘a partir do início de 2012 foi constituído o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), responsável por receber as demandas oriundas das necessidades de TI de todas

as unidades e aprová-las ou não, dado que nesse momento o IFMS ainda não tinha estruturado o seu Conselho Superior (COSUP), que foi eleito somente no primeiro semestre de 2013.

A partir do fim de 2011 e até o início de 2012, a equipe da Diretoria de TI empenhou-se em descrever o termo de referência dos produtos a serem adquiridos, e consultando vários equipamentos de fornecedores como HP, DELL, CISCO, HUAWEI, chegamos a uma descrição, onde acreditávamos ser a ideal para o pleno funcionamento para aquele momento, que estava descrita no edital 31/2012, que infelizmente não obteve êxito’.

15. E, como causa para tal resultado, conclui que, ‘provavelmente, não obteve êxito por não definir adequadamente o escopo da solução desejada, tornando assim inviável o atendimento do que estava sendo pedido. No fim de 2012, por não ter executado o orçamento previsto para tal aquisição, o CGTI iniciou os trabalhos para readequação do PDTI, e novamente realizar o processo de aquisição em 2013’.

16. Mais adiante, informa que, ‘após o cancelamento do processo 31/2012, e por entender que deveria ser reformulado, escrito e solicitado de maneira diferente, a equipe novamente buscou apoio para esclarecimentos técnicos com alguns fornecedores como HP, DELL e CISCO, para montar a composição de um processo competitivo, e principalmente sem problemas que pudessem impedir as aquisições, sempre garantindo a competitividade e isonomia entre os participantes’.

17. Não obstante, ‘observando a temporalidade, até o momento da reformulação, já havia passado aproximadamente um ano desde o início do projeto. Logo, as demandas levantadas já não eram as mesmas, as unidades embora ainda em sedes provisórias já tinham recebido novos servidores públicos, novas turmas de alunos, e isso aumentou muito a demanda. Começamos o trabalho de nova análise de necessidade, em conformidade com o PDTI, o que ocorreu entre os meses de abril e maio de 2013’.

18. ‘Após essa análise, ficou evidente que não poderia ser realizado um único processo, pois o quantitativo de equipamentos, **softwares** e suas especificidades poderiam comprometer o todo em sua realização, como já havia acontecido anteriormente em 2012, sendo assim, ficou definido que o mesmo seria dividido em 4 processos: Redes, Videoconferência, Segurança e Datacenter. Os processos foram encaminhados à Pró-Reitoria de Administração em agosto de 2013, porém, não foi realizado dentro do mesmo ano. No primeiro semestre de 2014 foram realizadas novas solicitações de aquisição por parte dessa Diretoria, porém, não houve uma nova revisão técnica em 2014 nos termos de especificação’.

19. Prossegue, desta vez fazendo menção à velocidade das mudanças tecnológicas, que, nos seus dizeres, ‘podem ter alterações periódicas de pequenos intervalos de tempo (6 meses ou 1 ano), onde trazendo para o foco da discussão aqui apresentada, podemos dizer que o que atendia ao edital em sua reformulação em abril de 2013, poderia não atender quando da execução do pregão em julho de 2014’, pois, ‘como se tratava de dispositivos de alta performance, normalmente os produtos ofertados são importados, dependem do valor atual do dólar e os orçamentos já estavam vencidos, foram solicitados novos orçamentos conforme consta do processo já conhecido por este órgão, para vários fornecedores distintos, onde assim que respondidos três, obtivemos a quantidade suficiente para atender a composição de preço de referência exigido para a realização do pregão’.

20. Em acréscimo, o responsável informa que ‘foi dado andamento no processo, onde a empresa INOVVA apresentou pedido de impugnação, tendo sua devida resposta e justificativa técnica (DOC 2), apresentada por e-mail sido encaminhada pelo pregoeiro, mesmo que o pedido tenha sido INTEMPESTIVO. Nossa intenção é nunca deixar um fabricante participante dos pregões sem resposta. Após o momento da resposta à impugnação, deu-se prosseguimento ao processo como previsto, onde houve uma empresa vencedora, TELTEC, oferecendo produtos da CISCO’.

21. Tratando especificamente dos produtos adquiridos por meio do certame em comento, o gestor, ‘seguindo o raciocínio de que teria havido uma sugestão de direcionamento à marca CISCO no processo’, apresenta ‘os modelos de outros fabricantes que foram analisados à época, da confecção do processo, que demonstra o estudo de outros modelos de outros fabricantes considerados para a

composição da configuração solicitada. Vale frisar inclusive, que a empresa vencedora poderia ter oferecido equipamentos HP (marca já citada inclusive na resposta ao pedido de impugnação)'.

22. Ato contínuo, apresenta 'tabela com as marcas e seus respectivos modelos analisados para elaboração do termo de referência, cabe aqui admitir como possivelmente um evento de mercado que possa ter ocasionado a sugestão de direcionamento, o fato de que os produtos evoluem, os modelos de 'famílias' sofrem alterações e isso pode ocasionar problemas como o levantado aqui no momento de um edital. Infelizmente como descrito acima, tivemos um período de pouco mais de um ano da confecção do termo de referência até a realização do pregão, assim, por mais que tenha sido revisado antes da publicação, somos passíveis de estarmos sendo questionados por conta de um movimento natural do mercado'.

23. O gestor informa também que, 'em decorrência do ofício nº 0783-TCU recebido por ocasião do pregão nº 17/2014, esta Diretoria de Gestão de TI em conjunto com a Pró-Reitoria de Administração, e em consulta à Procuradoria Jurídica e Auditoria Interna do IFMS, decidiram cancelar o pregão 20/2014, a fim de revisá-lo na íntegra novamente, bem como analisar se todos os equipamentos considerados na época da construção do termo de referência, ainda permanecem em linha de produção, evitando assim novos questionamentos e/ou pedidos de impugnação dos fabricantes que se dispuserem a participar do novo processo, bem como evitar solicitações de esclarecimento por parte de qualquer que seja o órgão de controle, como a que motivou o presente documento'.

24. Notícia também que, 'na data de 22 de outubro de 2014, com a intenção de certificarmos a boa intenção dos responsáveis pelo processo, entramos em contato com um representante local da HP, já que esta foi citada inicialmente, para o qual solicitamos uma análise sobre os modelos citados na tabela acima, para que fosse possível tirar a dúvida quanto ao direcionamento. O fato, é que assim que foi respondida a solicitação, foram apontados 04 (quatro) pontos, onde apenas 01 (um) confere com os questionamentos da empresa INOVVA em seu pedido de impugnação, que foi o relacionado a portas COMBO, e que foi devidamente justificado'.

25. Entretanto, frisa o defendente, 'não houve nenhuma proposta de substituição ou oferta de equipamento similar por parte da empresa impugnante, simplesmente foi acusado direcionamento. Os outros 03 (três) pontos não conferem com os enviados pela empresa INOVVA, onde o representante assim como a empresa INOVVA também representa HP como já dito, e o mais interessante, os 03 (três) pontos apresentados pelo representante seriam completamente aceitos caso questionados pois não iriam impactar negativamente no projeto realizado por essa Diretoria de Gestão de TI', mencionando, a seguir, 'os itens que foram apontados pela segunda representante HP':

'ITEM 1 - Switch de 24 portas Gigabit Tipo 1 - Referência HP J9726A Subitem 3- Deve ser fornecido com 2 slots SFP para conexão de transceivers SFP com fibras ópticas multimodo e monomodo. Estas portas devem ser de uso simultâneo com as portas do item anterior e não serão aceitas interfaces do tipo combo;

ITEM 2 - Switch de 24 portas PoE Gigabit Tipo 2 - Referência HP: JC099A Subitem 6 - Deve suportar empilhamento através de interfaces dedicadas, com velocidade mínima de 80 Gbps, configurado em forma de anel, formando pilhas de pelo menos 8 unidades. Deve-se utilizar portas específicas para este fim, de uso traseiro. Caso seja opcional, a porta e cabo de empilhamento não precisam ser fornecidos neste processo;

ITEM 3 - Switch de 24 portas Gigabit Tipo 3 - Referência HP: JC100A

Subitem 5 - Deve suportar empilhamento através de interfaces dedicadas, com velocidade mínima de 80 Gbps, configurado em forma de anel, formando pilhas de pelo menos 8 unidades. Deve-se utilizar portas específicas para este fim, de uso traseiro. Caso seja opcional, a porta e cabo de empilhamento não precisam ser fornecidos neste processo; e

ITEM 4 - Módulo de empilhamento - Referência HP: Módulos de empilhamento dos switches JC099A e JC100A - JD118B'.

26. Acrescenta o gestor que, a despeito do acima comentado, ‘a empresa INOVVA representa vários fabricantes, onde pelo menos dois deles (HP e EXTREME) são citados na tabela mostrada anteriormente. Em pesquisa realizada no período de 24 a 27 de outubro, após o recebimento do ofício nº 0783 do TCU, foi possível observar que ainda haviam alguns modelos de **switches** disponíveis no mercado que atenderiam as especificações descritas em edital’.

27. Desse ponto em diante, o defendente tece diversos comentários técnicos a respeito dos itens acima mencionados, destacando que, ‘em análise aos itens referenciados constata-se que em momento algum se faz referência à tecnologia específica de determinado fabricante, e sim às possíveis formas de automação da configuração das portas. O pregão em questão visa a aquisição de equipamentos de última geração, que sejam capazes de lidar com as tecnologias atualmente existentes nas redes de dados, onde a simples operação manual de uma nova conexão de um dispositivo pode ser realizada sem a intervenção de um técnico desde que devidamente configurada, permitindo assim um melhor desempenho das atividades do corpo técnico da TI de maneira mais rápida e eficiente’.

28. Como informação de acréscimo, sustenta o defendente que, ‘no PDTI do IFMS, existe previsão de ampliação do quadro de pessoal de TI para os próximos anos, que depende de liberação de códigos de vagas pelo Ministério do Planejamento, e atualmente, temos um cenário onde em um campus existe apenas um analista ou técnico de TI (sem considerar aqueles onde não houveram aprovados em concurso público, e não tem alguém que desempenhe esse papel) para atender a demanda de aproximadamente 200 a 400 pessoas (entre servidores e alunos nos laboratórios) nos períodos de expediente, e em muitas vezes em apenas um dos períodos, o que faz necessária toda e qualquer automação das configurações necessárias dos dispositivos de LAN, WAN e demais serviços’.

29. Consequentemente, ‘nos locais onde não existe o representante de TI, ou onde o único precisa do apoio dos técnicos da reitoria, muitas ações podem ser feitas remotamente, e esse tipo de funcionalidade agiliza muito o atendimento, e proporciona o bom andamento das atividades diárias das áreas administrativa e acadêmica, sem interrupções. Há de se considerar que existem servidores com mais experiência que outros na administração dos equipamentos, e que estes servidores não estarão presentes em todos os campus pois é tecnicamente impossível um servidor ser especialista em todas as soluções adotadas pelo IFMS ou na maioria de qualquer que seja o fabricante. Logo, a configuração automatizada do equipamento é fundamental principalmente para os casos onde a equipe de administração da rede é restrita, de modo que o próprio equipamento se auto configure de acordo com os parâmetros previamente definidos pelo administrador da rede’.

30. Acrescenta que ‘a funcionalidade solicitada é implementada por vários fabricantes, mas temos que considerar que conceitos e nomenclaturas podem ser divulgados de maneira diferentes, porém, a sua implementação chega a um mesmo resultado. A exemplo disso, o fabricante Extreme Networks implementa funcionalidade chamada Scripting e Universal Port, que permite que o administrador crie scripts personalizados para aplicação de regras customizadas’, citando, a seguir, outros exemplos indicativos de suas argumentações, cuja transcrição não se mostra necessária, posto repetitiva.

31. Ao final de suas explanações, e após apresentar mais detalhes técnicos acerca dos itens exigidos por meio do certame em comento, o gestor reforça que, ‘diante de todos os argumentos expostos acima, ..., relatando que não houve direcionamento como entendido, mas sim, expondo que existem e existiam mais fabricantes aptos a atender ao termo de referência solicitado no Pregão nº 17/2014 no ato de sua realização. Como já dito anteriormente, focamos em buscar informações precisas de pelo menos mais um fornecedor diferente da empresa CISCO, onde inclusive demos preferência e consideramos produtos ofertados pela própria empresa INOVVA’.

32. Argumenta ainda que, ‘mesmo considerando que foi dito no ofício que não há nada de errado com a parte administrativa, mas que era solicitada uma justificativa técnica do porquê ‘esta marca’, foi solicitado o adiamento da entrega dos produtos que inclusive já haviam sido empenhados (DOC 3), até que obtivéssemos retorno da resposta aqui realizada, porém, o fornecedor vencedor do certame, empresa TELTEC, informou que não seria possível, pois a solicitação para a linha de

produção dos equipamentos bem como os trâmites de importação já haviam sido realizados, sendo sua entrega prevista para a primeira quinzena de dezembro de 2014’.

III - ANÁLISE

33. Pois bem. Buscando sintetizar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Willian Ricardo Correia Dias, Diretor de Gestão da Tecnologia da Informação do IFMS, dever registrar que, não obstante as afirmações do gestor, os fatos apontam, sim, para o direcionamento - ainda que não intencional - no certame licitatório em comento, direcionamento esse consubstanciado nas especificações dos equipamentos a serem adquiridos pelo IFMS, contra o qual não pairam quaisquer dúvidas, já que plenamente materializados nos autos.

34. Como se recorda, a empresa que impetrou a impugnação, a Nova Comércio Tecnologias de Informática Eireli, constante da Peça 6, p. 44/47, juntamente com as respostas ofertadas pelo IFMS (Peça 30/p. 22/4), acusa os gestores da entidade de estabelecerem especificações que conduziriam, inevitavelmente, à contratação de fornecedores dos produtos de um único fabricante, no caso, a Cisco.

35. Em resumo, as justificativas dos gestores nada mais fazem que confirmar as acusações interpostas pela licitante supracitada, pois, quando a Unidade afirma que ‘a equipe de técnicos e analistas nestes campus é bastante restrita em quantidade’, e que, ‘por isso **a Reitoria busca centralizar os processos de compra para manter a padronização do ambiente entre todas as unidades e com isso manter a compatibilidade e facilitar todo o processo de gerência da solução**’, não há possibilidade de se chegar a outra conclusão que não seja a admissão da UJ de que, de fato, buscou produtos específicos no mercado. (g.n.)

36. No mesmo sentido, o próprio IFMS admite que ‘também há de se considerar que há servidores com mais experiência que outros na administração dos equipamentos, e que estes servidores não estarão presentes em todos os campus pois é tecnicamente impossível um servidor ser especialista em todas as soluções adotadas pelo IFMS’. Ou seja, definitivamente, a Unidade reconheceu, em seus próprios termos, o direcionamento da licitação, tornando-se secundárias as minudências técnicas posteriormente apresentadas para cada item licitado, já que partes de um contexto maior.

37. E a Lei nº 8.666/1993, aplicável subsidiariamente à modalidade pregão por força do disposto no art. 9º da Lei nº 10.520/2002, é bastante clara a respeito da restrição à competitividade entre os licitantes, quando prescreve o seguinte:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

38. No mesmo sentido, cumpre registrar a previsão constante da já citada Lei nº 10.520/2002:

Art. 3º. A fase preparatória do pregão observará o seguinte: (...)

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.

39. Dessa forma, o legislador deixou patenteada a obrigatoriedade de respeito estrito ao princípio da isonomia entre os licitantes, acrescido da proibição de *cláusulas ou condições que*

comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, que, caso se encontrem presentes no edital dos certames, maculá-lo-iam de forma cabal, sentenciando-os à ilegalidade.

40. E, nunca é demais lembrar, a legislação aplicável à matéria ainda acrescentou a proibição de *qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato*, que também concorreria para a mácula do certame. De outro modo não poderia ser, já que o princípio basilar a ser observado é o da isonomia, pedra angular da competitividade, não havendo espaço, de forma alguma, para direcionamentos para esse ou aquele fabricante, já que há diversos deles atuando no ramo da informática, todos fornecendo equipamentos capazes de cumprir a mesma tarefa, ainda que com características levemente diferentes, como é consabido.

41. Inclusive, nesse sentido, tem-se o antigo, porém vigente, Enunciado de Súmula 177 desta Corte de Contas (destaques acrescidos):

A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão.

42. Especificamente, no que tange à possibilidade de indicação de marca nas compras realizadas pela Administração Pública, a Lei nº 8.666/1993, em seu art. 15, § 7º, I, foi taxativa no sentido de vedá-la. Todavia, a literalidade dessa vedação deve ser interpretada de forma conjunta com a disposição contida no inc. I do mesmo artigo, onde se menciona que as compras, sempre que possível, devem atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas, circunstância que levou esse Tribunal, após consolidação de sua jurisprudência nesse sentido, a editar o Enunciado de Súmula 270 nos termos a seguir:

Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificção.

43. Portanto, o processo administrativo referente ao certame em comento deveria conter prévia justificativa técnica que demonstrasse a necessidade de aquisição de produto específico, de forma a atender os critérios legais e jurisprudenciais em questão.

44. Entretanto, malgrado os vícios formais acima apontados, também é dever observar que, ainda que o aludido direcionamento perpetrado pelo IFMS se mostre devidamente consubstanciado na documentação acostada ao presente processo, há outros aspectos que devem ser levados em consideração com vistas à formação de juízo quanto ao processo de contratação como um todo, senão vejamos.

45. O artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, acima transcrito, além dos aspectos já mencionados, também arrola, como meta a ser alcançada pelo ente licitante, a *seleção da proposta mais vantajosa para a administração*, ou seja, a Administração deve sempre almejar fazer a melhor compra, a melhor contratação, tendo em vista, é claro o menor preço, mas, concomitantemente, a aquisição de bens e/ou serviços de qualidade compatíveis com as suas necessidades.

46. Como se pode constatar nos orçamentos iniciais que serviram de referência para a realização do certame, constantes da Peça 03/p. 29 à Peça 04/p. 39, o IFMS logrou fazer pesquisa de preço junto a três empresas atuantes na área, impondo como dever sejam comparadas as estimativas feitas para cada grupo de itens a serem adquiridos com os preços efetivamente pagos ao final do certame, com vistas a se verificar se houve, de fato, a *seleção da proposta mais vantajosa para a administração*, valores esses reunidos na tabela abaixo:

Grupo de Itens	Valores Estimados (R\$)	Valores Pagos (R\$)	Empresa vencedora
----------------	-------------------------	---------------------	-------------------

Grupo 1	2.435.682,22	1.983.120,00	Teltec Solutions Ltda.
Grupo 2	317.946,10	256.131,30	Céu Telecom e Soluções Ltda.
Grupo 3	1.703.128,48	1.353.570,00	Teltec Solutions Ltda.
Total:	4.456.756,80	3.592.821,30	

47. Como se constata na tabela acima, os valores efetivamente pagos pelo IFMS foram cerca de 20% (vinte por cento) menores que os estimados, apresentando dados objetivos de que houve a seleção das propostas mais vantajosas para a Administração, em cumprimento ao dispositivo incrustado no já mencionado artigo 3º da Lei nº 8.666/1993.

48. Pois bem. Uma vez descrito o quadro acima, convém analisar o passo seguinte, qual seja, o da proposição das medidas a serem adotadas pelo Tribunal para o caso concreto. Em primeiro lugar, dever reconhecer-se que, de fato, por um exame estritamente assentado na legalidade, as justificativas apresentadas pelos responsáveis ouvidos nos autos não foram suficientes para elidir as falhas apontadas, consubstanciadas no descumprimento ao exigido pelos artigos 3º e 15, § 7º, inc. I, da Lei nº 8.666/1993, aplicáveis à modalidade pregão por força do disposto no art. 9º da Lei nº 10.520/2002, assim como ao art. 3º, II, desse último diploma legal.

49. Contudo, inobstante esse aspecto, cumpre sempre lembrar que as deliberações deste Tribunal devem também se balizar pelo princípio da proporcionalidade entre a sanção e o grau de reprovabilidade da conduta dos gestores, de modo a conferir tratamento isonômico aos jurisdicionados, através da exata quantificação da sanção aplicada.

50. Nesse sentido, dever destacar que a jurisprudência assente no seio desta Corte de Contas aponta no sentido de que *‘a punibilidade da falta deve ser ponderada não apenas por eventual descumprimento de norma, como também por outros elementos, como o grau de reprovabilidade da conduta e o prejuízo que possa ter causado ao erário e ao interesse público’* (Acórdão 2.596/2012 - Plenário. Relatora: Ministra Ana Arraes). Ainda nessa linha citam-se diversos julgados proferidos por esse Tribunal, dentre os quais elencam-se, de forma exemplificativa: Acórdãos 1.066/2004 e 1.420/2009, do Plenário; Acórdãos 3.385/2009, 8.075/2010, 2.305/2010 e 2.401/2011, da Primeira Câmara; e Acórdão 1.692/2003, da Segunda Câmara.

51. Como já restou demonstrado nos parágrafos acima, apesar do efetivo descumprimento às normas que regem a matéria, a conduta do IFMS não levou a qualquer prejuízo ou dano ao erário. Ao contrário, como se observou, os preços pagos ao final do certame estavam abaixo do patamar estimado pelos gestores, sendo cerca de 80% (oitenta por cento) do valor previsto, acarretando, sim, vantagem financeira para a Administração na contratação em comento.

52. Assim, embora as falhas apontadas sejam procedentes, considerando que todos os itens licitados foram, de fato, adjudicados e adquiridos, ainda com economia de recursos, entende-se que a aplicação de sanção no caso concreto seria medida de rigor excessivo, apresentando-se como suficiente a expedição de ‘ciência’ à unidade jurisdicionada para que previna novas ocorrências assemelhadas.

53. Ademais, analisando-se especificamente as atas do Pregão em exame, não se constata a existência de qualquer ato irregular praticado pelo pregoeiro ou pela Administração, já que o mesmo transcorreu normalmente e não se registrou nenhuma impugnação ou intenção de recursos por parte de licitantes, exceção feita à impugnação ao Edital feita pela empresa Nova Comércio Tecnologias de Informática Eireli, com destaque, repita-se, para o fato de, conforme demonstrado em itens precedentes, houve relativa competitividade e redução significativa dos preços de referência adotados pela Administração.

54. Outrossim, mesmo que comprovado o direcionamento para utilização de equipamentos da Cisco, dado o estágio em que encontra o processo (já houve adjudicação conforme Termo juntado à Peça 14 e assinatura das atas às Peças 15 e 16) e que houve competitividade e redução dos preços de todos os itens dos grupos licitados em torno de 20% quando comparados aos preços de referência, não se vislumbra a necessidade de atuação do Tribunal além da expedição de ‘ciência’ já mencionada, posto suficiente.

IV - CONCLUSÃO

55. Assim, após todos os fatos acima relatados, convém **acolher**, ainda que parcialmente, as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis ouvidos em audiência, sem prejuízo de que seja expedida **ciência** ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul - IFMS, acerca das irregularidades constatadas no âmbito do Pregão Eletrônico nº 17/2014, onde os mandamentos contidos no artigo 3º da Lei nº 8.666/1993 foram desobedecidos, mormente os atinentes ao princípio da isonomia e à admissão de cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo. Dever também sejam notificados o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul - IFMS e a Ouvidoria desta Corte de Contas, para a adoção das providências previstas no art. 21 da Portaria TCU nº 123/2012, acerca da decisão que vier a ser tomada pelo Tribunal, bem como seja **arquivado** o presente processo.

V - PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

56. Ante o exposto, submetemos o presente processo à consideração superior propondo ao Tribunal:

a) **conhecer** a presente Representação, nos termos do art. 237, VI, do Regimento Interno/TCU, c/c art. 33, I, da Portaria TCU nº 123/2012, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente.

b) **acolher parcialmente** as razões de justificativa, nos termos do art. 250, § 1º, do RITCU, apresentadas pelos Srs. Alfredo Gonçalves Béda, Coordenador de Compras e Contratos, Willian Ricardo Correia Dias, Diretor de Gestão da Tecnologia da Informação, e Ivan Ferreira Domingues, Ordenador de Despesa, todos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul - IFMS;

c) dar **ciência**, com fulcro no art. 7º da Resolução TCU nº 265/2014, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul - IFMS acerca do detalhamento excessivo da especificação técnica dos bens adquiridos por intermédio do Pregão Eletrônico nº 17/2014, circunstância que ocasionou o direcionamento da licitação a fornecedores específicos, demonstrando preferência injustificada por determinada marca, em desacordo aos arts. 3º, § 1º, I, e 15, § 7º, I, da Lei nº 8.666/1993, c/c art. 3º, II, da Lei nº 10.520/2002, assim como à jurisprudência deste Tribunal (Súmulas 177 e 270);

d) **comunicar** ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul - IFMS, bem como à Ouvidoria desta Corte de Contas, em atenção à Manifestação 217732, para adoção das providências previstas no art. 21 da Portaria TCU nº 123/2012, a decisão que vier a ser adotada nestes autos; e

e) **arquivar** os presentes autos, nos termos do art. 250, I e § 1º, do Regimento Interno/TCU.”

2. O encaminhamento obteve a anuência das chefias da unidade instrutiva (peças 34-35).
3. É o relatório.

VOTO

Trata-se de representação autuada a partir de solicitação de atendimento da Ouvidoria deste TCU (manifestação 217.732), na qual são noticiadas possíveis irregularidades ocorridas no pregão eletrônico SRP 17/2014, levado a efeito pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul (IFMS).

2. O certame tinha por objeto o registro de preços “*para aquisição de equipamentos de TI que irão prover a ampla comunicação e gerência na rede de dados do IFMS, tanto no ambiente interno de cada unidade, quanto entre as unidades separadas geograficamente, em conjunto com links de dados já contratados de operadora de telefonia, contemplando a Reitoria e os 7 (sete) campus do IFMS em atividade*”. O objeto foi composto por 25 itens e parcelado em três grupos. O custo estimado total foi de R\$ 4.456.756,80. Processada a licitação, as atas de registro de preço totalizaram R\$ 3.592.821,30.

3. A representação deve ser conhecida, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, inciso VI, do RI/TCU, c/c art. 33, inciso I, da Portaria-TCU 123/2012.

4. Em sua instrução inicial, a unidade técnica consignou que haveria indícios de “*restrição à competitividade e ao princípio da isonomia, nos termos do art. 3º da Lei 8.666/1993, com indicação disfarçada de marca nas especificações técnicas, em afronta inclusive ao teor da Súmula TCU nº 270, uma vez que na forma em que foram definidos os itens componentes do Edital, especialmente no seu Termo de Referência, houve restrição da participação de outros concorrentes no certame, pois as especificações limitaram o fornecimento de equipamentos a um único fabricante, no caso a Cisco, conforme apontado na impugnação ao Edital apresentada pela empresa Inovva e que foi confirmado pelo resultado da Licitação, onde, para os itens dos grupos 1 e 3, houve apresentação de propostas de equipamentos de um único fabricante, coincidentemente a Cisco*”.

5. Por tal motivo e mediante delegação de competência, a unidade instrutiva realizou a audiência de Alfredo Gonçalves Béda, Coordenador de Compras e Contratos, Wiliam Ricardo Correia Dias, Diretor de Gestão da Tecnologia da Informação (TI), e Ivan Ferreira Domingues, Pró-Reitor de Administração e Ordenador de Despesa, todos servidores do IFMS, para que apresentassem razões de justificativa em razão de terem assinado o termo de referência constante do edital do pregão 17/2014.

6. Saneado o processo, a unidade técnica emitiu instrução de mérito concluindo que as justificativas apresentadas pelos responsáveis ouvidos nos autos não seriam suficientes para elidir as falhas apontadas. Todavia, considerando que a conduta dos servidores do IFMS não teria causado qualquer prejuízo ou dano ao erário, foi proposto o acolhimento parcial das razões de justificativa e a expedição de ciência à unidade jurisdicionada para prevenção de novas ocorrências assemelhadas.

7. Não obstante o habitual zelo da unidade instrutiva, penso que o processo deve ter outro deslinde. Adianto que, embora não veja irregularidades graves praticadas na licitação sob exame, também julgo que esta representação deve ser parcialmente procedente, mas por motivos diametralmente opostos àqueles defendidos pela unidade técnica, conforme demonstrarei a seguir.

8. De início, não creio que restaram devidamente comprovados o detalhamento excessivo da especificação técnica, o direcionamento da licitação a fornecedores específicos e a preferência injustificada por determinada marca, ao contrário do que aduz a unidade instrutiva.

9. O exame de eventuais impropriedades relacionadas à descrição do objeto que possam colocar em risco o interesse público é sempre uma tarefa complexa que envolve diversos conceitos.

Aproveitando a relevância da matéria tratada nos autos e a oportunidade de melhoria dela derivada, permito-me tecer algumas considerações adicionais sobre a questão.

10. O direcionamento da licitação pode ocorrer, por exemplo, mediante a utilização de critério subjetivo, o favorecimento a alguma empresa, a preferência inadequada por determinada marca, a ausência do devido parcelamento ou o estabelecimento de exigências excessivas/limitadoras. O direcionamento na descrição do objeto caracteriza-se pela inserção, no instrumento convocatório, de características atípicas dos bens ou serviços a serem adquiridos.

11. Para mitigar tal risco, é indispensável atentar para a lição contida no Acórdão 2.383/2014-TCU-Plenário, no sentido de que, em licitações para aquisição de equipamentos, havendo no mercado diversos modelos que atendam completamente as necessidades da Administração, deve o órgão licitante identificar um conjunto representativo desses modelos antes de elaborar as especificações técnicas e a cotação de preços, de modo a evitar o direcionamento do certame para modelo específico e a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado.

12. Levando em conta a alegação de que as especificações estariam direcionadas para um fornecedor específico (Cisco Systems Inc.), julgo relevante destacar que a vedação à indicação de marca (arts. 15, § 7º, inciso I, e 25, inciso I, da Lei 8.666/1993) não se confunde com a menção à marca de referência, que deriva da necessidade de caracterizar/descrever de forma adequada, sucinta e clara o objeto da licitação (arts. 14, 38, *caput*, e 40, inciso I, da mesma Lei).

13. A diferença básica entre os dois expedientes é que o primeiro (indicação de marca), excepcionado pelo art. 7º, § 5º, da Lei 8.666/1993, admite a realização de licitação de objeto sem similaridade nos casos em que for tecnicamente justificável, ao passo que o segundo (menção à marca de referência) é empregado meramente como forma de melhor identificar o objeto da licitação, impondo-se a aceitação de objeto similar à marca de referência mencionada.

14. Sobre o assunto pronunciou-se recentemente o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) por meio da consulta 849.726/2013, amplamente baseada em diversos precedentes do TCU (por exemplo, os Acórdãos 2.300/2007-TCU-Plenário, 2.401/2006-TCU-Plenário e 1.437/2004-TCU-1ª Câmara).

15. Acerca do primeiro instrumento (indicação de marca), eis o que consta na consulta 849.726/2013 do TCE-MG:

“Assim, a única justificativa para indicação de marca, conforme o § 5º do art. 7º da Lei de Licitações, que a autoriza, deve estar amparada em razões de ordem técnica, motivada e documentada, observando a impessoalidade. Em se tratando de áreas específicas e especializadas, o laudo pericial deverá fazer parte dos autos. (...) A doutrina tem entendido que a aquisição de produto de marca determinada, com exclusão de similares, é possível em três hipóteses: para a continuidade de utilização de marca adotada no serviço público; para a adoção de nova marca mais conveniente que as utilizadas; para padronização de marca ou tipo no serviço público. Nessas três hipóteses, o essencial é que a Administração demonstre que a adoção da marca busca apenas atender o interesse público, afastadas as predileções ou aversões pessoais do administrador.”

16. Talvez a hipótese mais relevante para eventual indicação de marca específica seja para fins de padronização. Mas resta assente na doutrina que a padronização não pode ser realizada ao alvedrio da Administração, devendo ser precedida de procedimento específico, constituindo-se em um instrumento dirigido a aquisições futuras. Em tal hipótese, a escolha deve ser objetiva e técnica, fundamentada em estudos, laudos, perícias e pareceres que demonstrem as vantagens econômicas e a requerida satisfação do interesse público. No mais das vezes, procura-se justificar a padronização em função da redução de custos de implantação, manutenção e treinamento de mão de obra, favorecendo ainda a continuidade de serviços. Ao final do procedimento de padronização, devem ser escolhidas determinadas características e atributos técnicos indispensáveis à contratação. De todo modo, a

padronização de marca somente é possível em casos excepcionais, quando ficar incontestavelmente comprovado que apenas aquele produto, de marca certa, atende aos interesses da Administração.

17. Quanto ao segundo instituto (menção à marca de referência), assim restou consignado na consulta 849.726/2013 do TCE-MG:

“Pode-se [mencionar] a marca no ato convocatório como forma ou parâmetro de qualidade do objeto para facilitar a sua descrição, acrescentando-se as expressões ‘ou equivalente’, ‘ou similar’ e ‘ou de melhor qualidade’, se for o caso. Tal recomendação tem por fundamento a possibilidade de existir um produto novo que apresente características similares e, às vezes, melhores do que o já conhecido. A Administração poderá inserir em seus editais cláusula prevendo a necessidade de a empresa participante do certame demonstrar, por meio de laudo, o desempenho, qualidade e produtividade compatível com o produto similar ou equivalente à marca de referência mencionada. Não há, portanto, reprovação legal à utilização de marca como meio de identificação do objeto, desde que tal opção tenha sido baseada em características pertinentes ao próprio objeto.”

18. Particularmente, considero compreensível certo nível de insegurança por parte do administrador público quanto à utilização dos supracitados institutos para definição do objeto a ser licitado, mas tal fato não pode inibir a ação do gestor caso uma dessas alternativas seja a mais adequada para alcançar com eficiência e eficácia a satisfação do interesse público.

19. De todo modo, no presente caso, entendo que o Diretor de Gestão da TI do IFMS logrou êxito em esclarecer que modelos de outros fabricantes teriam sido analisados à época da elaboração do termo de referência para a composição da configuração solicitada, sendo que seis fabricantes teriam condições de atender ao que foi especificado para cada item (peça 30, p. 4-7). Além disso, o responsável apresentou justificativa tecnicamente aceitável para algumas das características impugnadas (peça 30, p. 8-16). Sem dúvidas, tais fatos constituem o cerne da questão e não foram contestados pela unidade instrutiva.

20. A descrição do objeto de forma a atender às necessidades específicas da entidade promotora do certame não configura direcionamento da licitação, mormente quando não há no edital a indicação de marca específica e quando se verifica no mercado a existência de outros modelos que poderiam atender completamente as especificações descritas no edital. Quanto a isso, as razões de justificativa poderiam ser acolhidas e a representação poderia ser considerada improcedente.

21. Ocorre que, compulsando todos os elementos carreados aos autos, verifico a existência de outras impropriedades que merecem a atenção desta Corte e dos gestores do IFMS.

22. O dever de vigilância consiste em acompanhar, controlar e fiscalizar a execução de atos dos subordinados. Sua inobservância pode acarretar a culpa *in vigilando*. Em apoio às minhas ponderações, trago à baila os Acórdãos 6.712/2014-TCU-1ª Câmara e 1.621/2015-TCU-Plenário, ambos da minha relatoria, nos quais cito precedentes desta Corte no sentido de atribuir responsabilidade à autoridade máxima do órgão ou entidade por “*irregularidades grosseiras, avaliadas sob enfoque amplo*” (Acórdão 213/2002-TCU-Plenário) e em situações em que a complexidade do objeto exija que seja dispensada uma especial atenção do dirigente máximo (Acórdão 2.483/2010-TCU-Plenário), bem como jurisprudência que indica a possibilidade de responsabilização solidária dessas autoridades pelos atos praticados por delegação ou desconcentração de atividades, ao considerar que o instrumento da delegação de competência não retira a responsabilidade de quem delega, bem como que, no processo de delegação, remanesce a responsabilidade do nível delegante em relação aos atos do delegado (Acórdãos 56/1992, 54/1999 e 629/2006, do Plenário, 42/2007, da 1ª Câmara, e 153/2001, 448/2003, 2.309/2003 e 1.782/2007, da 2ª Câmara).

23. Assim, não considero pertinentes as razões de justificativa apresentadas por Ivan Ferreira Domingues, à época Pró-Reitor de Administração e Ordenador de Despesa do IFMS, no sentido de se imiscuir da responsabilidade sobre a descrição dos itens do pregão, uma vez que deveria vigiar os atos das unidades subordinadas, tendo sempre a opção de determinar o retorno dos autos para a correção das irregularidades, caso estas fossem supríveis, ou de invalidar o procedimento, no todo ou em parte, caso inquinado de vício insanável.

24. Ademais, de acordo com a resposta de Alfredo Gonçalves Béda, Coordenador de Compras e Contratos, noto que o IFMS não confere especial atenção à necessidade da segregação de funções e às atribuições legais e regulamentares dos agentes envolvidos no processo de contratação, ante o acúmulo de tarefas a cargo da referida Coordenação, dificultando a ocorrência de controle segregado.

25. A segregação de funções é princípio básico de controle interno que consiste na separação de atribuições ou responsabilidades entre diferentes pessoas, especialmente as funções ou atividades-chave de formalização, autorização, execução, atesto/aprovação, registro e revisão, facultando a revisão por setores diferentes nas várias etapas do processo e impedindo que a mesma pessoa seja responsável por mais de uma atividade sensível ao mesmo tempo, sem o devido controle.

26. Nesse sentido, a Lei 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005 e a atual IN-SLTI/MPOG 4/2014, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de TI pelos órgãos do Poder Executivo Federal, caso da licitação sob exame, estabelecem claramente as atribuições e responsabilidades de cada agente envolvido nas diversas fases do processo de contratação, que devem passar a ser melhor observadas pelos gestores do IFMS.

27. No mais, aproveito a oportunidade para novamente externar minha preocupação com o uso indevido do sistema de registro de preços (SRP). Consta na resposta de Wiliam Ricardo Correia Dias, Diretor de Gestão da TI, que a contratação foi dividida “em 4 processos: *Redes, Videoconferência, Segurança e Datacenter*” (peça 30, p. 3).

28. De fato, em consulta ao sítio Compras Governamentais, é possível identificar a realização de quatro pregões do IFMS (Uasg 158.132), todos SRP: 16/2014 (videoconferência), 17/2014 (redes), 18/2014 (segurança) e 20/2014 (datacenter).

29. No caso dos pregões realizados (16, 17 e 18/2014), a grande vencedora foi a empresa Teltec Solutions Ltda. (04.892.991/0001-15). Ao pregão 16/2014 acorreram seis licitantes, enquanto que nos pregões 17 e 18/2014 foram apenas três. Em todos os pregões foram realizados pouquíssimos lances, denotando baixa competitividade num nicho de mercado normalmente bastante concorrido. Nos pregões 16 e 18/2014, a empresa Teltec não ofertou o lance mais baixo, sagrando-se vencedora somente após a desclassificação de outras propostas ou a inabilitação das outras empresas.

30. Tal contexto, ainda que em exame não aprofundado, evidencia os riscos de alimentação indevida do “mercado de atas” e de a empresa detentora da ata controlar parte significativa de negócio local, regional ou nacional, com possível afronta aos princípios da isonomia e da economicidade, além de prejuízo à competição entre outras empresas que, em determinados mercados e dependendo das condições de entrega e de pagamento previstas em diferente edital, poderiam vir a oferecer preços mais vantajosos aos órgãos e entidades da Administração.

31. Foram essas as preocupações que me nortearam na relatoria do Acórdão 757/2015-TCU-Plenário, em cujo Voto expus o seguinte:

“8. (...) Nessa linha, ressalto que em processos de controle externo envolvendo pregões para registro de preços devem ser sempre avaliados os aspectos relativos ao planejamento, como o procedimento de IRP, aplicável a partir da vigência do Decreto 7.892/2013, e à estimativa das quantidades a serem adquiridas, devidamente justificada e baseada em estudos técnicos preliminares e elementos objetivos - Acórdãos 1.100/2008, 392/2011 e 3.137/2014, do Plenário,

612/2004 e 559/2009, da 1ª Câmara, e 1.720 e 4.411/2010, da 2ª Câmara -, haja vista a possibilidade de alimentação indevida, por vezes até mesmo despropositada, do pernicioso ‘mercado de atas’.

9. Por óbvio, não só os aspectos relativos ao planejamento e ao quantitativo de itens licitados devem ser sistematicamente aferidos pelo controle externo, mas também a aplicação de outros dispositivos legais e regulamentadores do SRP, como, por exemplo: 1) obrigatoriedade da adjudicação por item como regra geral, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes e a seleção das propostas mais vantajosas, sendo a adjudicação por preço global medida excepcional que precisa ser devidamente justificada, além de incompatível com a aquisição futura por itens - Acórdãos 529, 1.592, 1.913, 2.695 e 2.796/2013-TCU-Plenário; e 2) hipótese autorizadora para adoção do SRP no caso concreto, indicando se seria o caso de contratações frequentes e entregas parceladas (e não de contratação e entrega únicas), ou de atendimento a vários órgãos (e não apenas um), ou de impossibilidade de definição prévia do quantitativo a ser demandado (e não de serviços mensurados com antecedência) - Acórdãos 113 e 1.737/2012-TCU-Plenário.

10. Ademais, confesso que tenho dúvidas quanto à constitucionalidade do instituto do ‘carona’. De todo modo, estou convicto de que, à luz dos art. 9º, inciso III, *in fine*, do Decreto 7.892/2013, a possibilidade de adesão para órgão não participante (ou seja, que não participou dos procedimentos iniciais da licitação) não é uma obrigatoriedade a constar impensadamente em todos os editais de pregões para registro de preços, ao contrário do que corriqueiramente é possível observar, mas sim uma medida anômala e excepcional, uma faculdade que deve ser exercida de forma devidamente motivada e, portanto, passível de avaliação nos processos de controle externo.”

32. Conforme informado pelo precitado Diretor, o pregão 20/2014 foi cancelado “*a fim de revisá-lo na íntegra novamente, bem como analisar se todos os equipamentos considerados na época da construção do termo de referência, ainda permanecem em linha de produção, evitando assim novos questionamentos e/ou pedidos de impugnação dos fabricantes que se dispuserem a participar do novo processo, bem como evitar solicitações de esclarecimento por parte de qualquer que seja o órgão de controle, como a que motivou o presente documento*” (peça 30, p. 7).

33. Assim, julgo relevante comunicar aos gestores do IFMS que, na realização de pregões para registro de preços, devem ser observadas as diretrizes prescritas no Acórdão 757/2015-TCU-Plenário.

34. Por último, registro minha discordância com a alegação de que houve vantagem financeira para a Administração na contratação derivada do pregão 17/2014, sob exame, uma vez os preços pagos ao final do certame estariam 20% abaixo do patamar estimado pelos gestores, conforme análise da unidade técnica em sua última instrução.

35. Não é possível aceitar tal argumento sem um parâmetro confiável, pois não se pode afirmar que realmente houve economicidade caso o orçamento estimativo não tenha sido feito de forma esmerada e caso não reflita os preços efetivamente praticados no mercado.

36. Historicamente, o TCU sempre defendeu que as estimativas de preços prévias às licitações devem estar baseadas em uma “cesta de preços aceitáveis”. Nessa linha, os Acórdãos 2.170/2007 e 819/2009, ambos do Plenário. Tais precedentes levaram ao Guia de Boas Práticas em Contratações de Soluções de TI do TCU, de 2012, que lista uma série de fontes de informação que podem ser utilizadas para analisar o mercado com vistas à obtenção de dados sobre preços. Em reforço, o Acórdão 2.943/2013-Plenário consolidou que não se deve considerar, para fins de elaboração do mapa de cotações, as informações relativas a empresas cujos preços revelem-se evidentemente fora da média de mercado, de modo a evitar distorções no custo médio apurado e, conseqüentemente, no valor máximo a ser aceito para cada item licitado. Todo esse esforço do TCU culminou na edição da IN-SLTI/MPOG 5/2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

37. Então, a exemplo do que tenho assinalado em outros processos (p.ex., TC's 011.172/2015-0 e 013.754/2015-7), o argumento de que o valor do melhor lance estaria abaixo do orçamento estimativo e que, portanto, estaria atendido o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração somente merece guarida quando evidenciado que a pesquisa de preços da licitação foi feita de acordo com a melhor técnica possível para cada caso, a exemplo dos parâmetros definidos na IN-SLTI/MPOG 5/2014, fato que não foi analisado pela unidade instrutiva neste processo.

38. Nessa conformidade, as razões de justificativa não podem ser integralmente acolhidas e a representação deve ser considerada parcialmente procedente, bastando dar ciência ao IFMS dos apontamentos realizados na presente deliberação, de modo a serem adotadas, conforme cada caso, medidas de prevenção à ocorrência de falhas correlatas.

39. Ante o exposto, voto no sentido de que seja aprovado o Acórdão que ora submeto à deliberação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 4 de novembro de 2015.

Ministro BRUNO DANTAS
Relator

ACÓRDÃO Nº 2829/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.804/2014-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Responsáveis: Alfredo Gonçalves Béda (639.529.121-15); Ivan Ferreira Domingues (143.610.271-53); Wiliam Ricardo Correia Dias (780.109.261-91).
4. Órgão: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex-MS).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação autuada a partir de solicitação de atendimento da Ouvidoria deste TCU, na qual são noticiadas possíveis irregularidades ocorridas no pregão eletrônico SRP 17/2014, levado a efeito pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:

9.1. conhecer da presente representação, nos termos do art. 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, c/c art. 33, inciso I, da Portaria-TCU 123/2012, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas por Alfredo Gonçalves Béda, Ivan Ferreira Domingues e Wiliam Ricardo Correia Dias;

9.3. com fulcro no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul sobre a seguinte falha, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

9.3.1. acúmulo de tarefas a cargo da Coordenação de Compras e Contratos no âmbito do pregão eletrônico SRP 17/2014, dificultando a ocorrência de controle segregado, em afronta ao princípio da segregação de funções e às atribuições legais e regulamentares dos agentes envolvidos no processo de contratação, nos termos da Lei 8.666/1993, da Lei 10.520/2002, do Decreto 5.450/2005 e da atual IN-SLTI/MPOG 4/2014, no caso de soluções de tecnologia da informação;

9.4. comunicar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul que na realização de pregões para registro de preços devem ser observadas as diretrizes prescritas no Acórdão 757/2015-TCU-Plenário;

9.5. enviar cópia do inteiro teor desta deliberação à Ouvidoria do TCU, em atenção à manifestação 217.732, para adoção das providências previstas no art. 21 da Portaria-TCU 123/2012;

9.6. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, inciso I e § 1º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata nº 44/2015 – Plenário.

11. Data da Sessão: 4/11/2015 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2829-44/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
AROLDO CEDRAZ
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
BRUNO DANTAS
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral

GRUPO I – CLASSE VII – Plenário

TC 007.673/2019-1

Natureza: Representação

Órgão: Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

Interessados: Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (09.569.314/0001-84); Fox Produções Ltda (07.443.954/0001-18)

Representação legal: Kelly Monteiro Paes Mateus (150402/OAB-RJ) e outros.

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE GERADORES ELÉTRICOS EM APOIO À FORÇA TAREFA LOGÍSTICA HUMANITÁRIA – OPERAÇÃO ACOLHIDA. OITIVAS. FUMAÇA DO BOM DIREITO E PERIGO NA DEMORA. CAUTELAR CONCEDIDA PARA OBSTAR ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E EVENTUAL PRORROGAÇÃO CONTRATUAL, PERMITINDO-SE APENAS CONTRATAÇÕES ESTRITAMENTE NECESSÁRIAS À MANUTENÇÃO DAS MISSÕES HUMANITÁRIAS. MÉRITO. FALHAS NÃO AFASTADAS. CONFIRMAÇÃO DA CAUTELAR. REPRESENTAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. DETERMINAÇÕES.

RELATÓRIO

Adoto, como relatório, a instrução da Selog (peças 254-256), *in verbis*:

“A. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO		
TC 007.673/2019-1		Revogação de Medida Cautelar. Mérito: parcialmente procedente. Determinação.
UNIDADE JURISDICIONADA		UASG
1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI)		160482
OBJETO		
Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de geradores elétricos, para atender às necessidades da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em apoio à Força Tarefa Logística Humanitária – Operação Acolhida.		
REPRESENTANTE		CNPJ
J.S. Reformas em Edificações em Geral Eireli		13.161.550/0001-34
HÁ PEDIDO DE SUSTENTAÇÃO ORAL?		PROCURAÇÃO
Não		Peça 5
MODALIDADE	NÚMERO	TIPO
Pregão Eletrônico para	47/2018	Menor preço por item

Registro de Preços	
VIGÊNCIA	VALOR HOMOLOGADO
Doze meses, prorrogáveis até o limite de sessenta meses (peça 2, p. 18)	R\$ 11.495.090,16 (peça 6)
SUSPENSO POR MEDIDA CAUTELAR?	Sim

FASE DO CERTAME

A ata de registro de preços assinada em 16/4/2019 (peça 199, p. 43), e o contrato foi assinado para atender demanda mínima, no prazo de dez meses, conforme informação do gestor (peça 199, p. 8, item “e”, 4). Ademais, foi concedida medida cautelar (peça 208) para obstar adesões à ata de registro de preços e eventual prorrogação contratual, permitindo-se, apenas, a realização de contratações estritamente necessárias à manutenção das missões humanitárias, conforme estimativa da Força-Tarefa Logística Humanitária de Roraima, de 13/6/2019 (peça 201, p. 1-3)

B. MOMENTO PROCESSUAL

1. Como mencionado anteriormente, o Ministro Relator adotou medida cautelar mediante Despacho constante da peça 208. Além de obstar adesões à ata de registro de preços e eventual prorrogação contratual, permitindo-se, apenas, a realização de contratações estritamente necessárias à manutenção das missões humanitárias, também determinou o seguinte:

I) realizar a oitiva da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, com amparo no art. 276, § 3º, do Regimento Interno/TCU, para que, no prazo de quinze dias, se pronuncie quanto aos seguintes pontos relativos ao Pregão 47/2018:

a) justifique, devido à incongruência de manifestações desse órgão em momentos processuais distintos, em quais atestados foi fundada a habilitação da empresa Fox Produções, com encaminhamento da análise técnica realizada, demonstrando a compatibilidade dos atestados aceitos com as quantidades, prazos e características do objeto licitado;

b) justifique a aceitação de envio de documentação nova, em desacordo com o previsto no art. 43, § 3º da Lei 8.666/93, uma vez que o atestado emitido pela empresa Mais Soluções Gráficas foi encaminhado após solicitação, pelo pregoeiro, em 15/3/2019, do envio de nova documentação para a empresa Fox Produções Ltda., para fins de habilitação técnica, após verificar que a documentação inicialmente apresentada pela licitante, em 11/3/2019, não cumpria os requisitos exigidos no edital;

c) justifique a compatibilidade entre o objeto licitado e os serviços atestados pelo Ministério do Esporte, relacionados ao Contrato 5/2016, firmado entre o citado órgão e a Fox Produções Ltda., quanto aos seguintes aspectos: c.1) características, tendo em vista a diferença entre o objeto licitado (locação de geradores) e os serviços referidos nos atestados de capacidade técnica (organização de eventos); c.2) quantidades e prazos, uma vez que a licitação trata da locação de 62 geradores por período continuado, ao passo que os atestados apresentados se referem a eventos isolados, com um ou dois dias de duração;

d) estudos técnicos preliminares para a contratação, evidenciando as justificativas para os quantitativos definidos no Termo de Referência e valores estimados, acompanhados das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte; e

e) demais informações que julgar necessárias;

II) realizar, nos termos do art. 276, § 3º, c/c o art. 250, V, do Regimento Interno/TCU, a oitiva da sociedade empresária Fox Produções Ltda. (CNPJ 07.443.954/0001-18), para, no prazo de quinze dias, manifestar-se, caso queira, sobre os fatos constantes nos subitens I, “a”, “b” e “c”, acima;

III) alertar a 1ª Brigada de Infantaria de Selva quanto à possibilidade de o TCU vir a determinar a anulação dos atos decorrentes do certame ou não prorrogação do contrato, caso haja indicativo de elementos que caracterizem afronta às normas legais e/ou a possibilidade de ocorrência de prejuízos à Administração;

IV) realizar, com fundamento nos arts. 157 e 187 do Regimento Interno/TCU, diligência junto à Secretaria de Estado de Fazenda do Governo de Brasília para que, no prazo de quinze dias, se manifeste quanto à alegação da empresa Fox Produções Ltda. (CNPJ 07.443.954/0001-18) de que, na execução do contrato que teria sido firmado com a empresa Mais Soluções Gráficas Eireli. (CNPJ 13.845.636/0001-86), por tratar de atividade de locação de bens móveis, não sendo atividade de serviços, não se faz necessária a emissão de nota fiscal, com base na Lei Complementar 116/03, que dispõe sobre o ISS;

V) realizar, nos termos do art. 250, V, do Regimento Interno/TCU, a oitiva da sociedade empresária Mais Soluções Gráficas Eireli. (CNPJ 13.845.636/0001-86), para, no prazo de quinze dias, manifestar-se, caso queira, sobre a autenticidade do contrato à peça 197, bem como quanto a efetiva prestação dos serviços de locação de gerador, no prazo de um ano, pela empresa Fox Produções Ltda. (CNPJ 07.443.954/0001-18);

2. Ressalte-se que, mediante o Acórdão 1.653/2019-TCU-Plenário (peça 216), a medida cautelar foi referendada pelo Plenário desta Corte de Contas.

3. Promovidas as oitivas e a diligência supracitadas, esta unidade técnica entendeu (peça 231) que, na condição de participantes do Pregão 47/2018, o 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC) e o Comando de Fronteira – Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva (C Fron RR/7º BIS) poderiam ser afetados por eventual decisão de mérito do TCU no bojo destes autos. Portanto também deveria ser realizada oitiva, bem como diligência aos citados órgãos, nos seguintes termos:

a) realizar a oitiva do 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC) e do Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva (C Fron RR/7º BIS), com amparo no art. 250, V, do Regimento Interno/TCU, para que, no prazo de quinze dias, se pronunciem sobre as supostas irregularidades apontadas no presente processo, relativas ao Pregão 47/2018 (conforme instruções às peças 187 e 205), realizado pelo Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Cmdo 1ª Bda Inf SI).

b) diligenciar o 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC) e o Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva (C Fron RR/7º BIS), com fundamento nos artigos 157 e 187 do Regimento Interno/TCU, para que, no prazo de quinze dias, encaminhem os seguintes esclarecimentos:

b.1) informe se o serviço de locação de geradores elétricos é essencial ao funcionamento das atividades da Organização Militar; em caso positivo, informe a quantidade mínima de geradores, necessária para manter as atividades supracitadas, discriminando por itens do Pregão 47/2018;

b.2) demais informações que julgar necessárias; e

b.3) designação formal de interlocutor que conheça da matéria para dirimir eventuais dúvidas, informando nome, função/cargo, e-mail e telefone de contato.

c) encaminhar cópia da inicial, da presente instrução e cópia das instruções de peças 187 e 205 ao 6º BEC e ao C Fron RR/7º BIS, de modo a subsidiar as informações

requeridas, autorizando desde já, eventuais pedidos de vista e/ou cópia dos autos, caso queiram.

d) alertar ao 6º BEC e ao C Fron RR/7º BIS quanto à possibilidade de o TCU vir a determinar a anulação dos atos decorrentes do Pregão 47/2018, não prorrogação, ou modificação de eventuais contratos decorrentes do certame supracitado, caso haja elementos suficientes para a decisão de mérito, que caracterizem afronta às normas legais e/ou a possibilidade de ocorrência de prejuízos à Administração.

4. Passa-se a analisar as respostas apresentadas, tópico a tópico, conforme transcrição/contextualização a seguir.

C. HISTÓRICO DE COMUNICAÇÕES

DESPACHO DO RELATOR	Peças 208 e 248	10/7/2019 e 15/10/2019, respectivamente
----------------------------	-----------------	---

OFÍCIOS ENCAMINHADOS PELA SELOG

À 1ª Brigada de Infantaria de Selva	Ofício 1.652/2019-TCU/Selog, de 11/7/2019 (peça 211)
Ao 6º Batalhão de Engenharia de Construção	Ofício 2156/2019-TCU/Selog, de 23/8/2019 (peça 235)
Ao Comando de Fronteira - Roraima e 7º Batalhão de Infantaria de Selva	Ofício 2747/2019-TCU/Selog, de 17/10/2019 (peça 250)
À empresa Fox Produções Ltda.	Ofício 1.653/2019-TCU/Selog, de 11/7/2019 (peça 215)
À Secretaria de Estado de Fazenda do Governo de Brasília	Ofício 1.655/2019-TCU/Selog, de 11/7/2019 (peça 209)
À empresa Mais Soluções Gráficas Eireli	Ofício 1.654/2019-TCU/Selog, de 11/7/2019 (peça 210)

D. DOCUMENTOS APRESENTADOS EM RESPOSTA À OITIVA

PELA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

Ofício 43-SALC/1ª Bda Inf SI (peças 222 a 227)

PELO 6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

Ofício 25-Set Fin/B Adm/6º BEC (peça 239)

PELO COMANDO DE FRONTEIRA - RORAIMA E 7º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

Ofício 25-Fisc Adm/CFronRR 7 BIS (peça 252)

PELA EMPRESA FOX PRODUÇÕES LTDA.

Peça 228

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO GOVERNO DE BRASÍLIA

Ofício SEI-GDF 1780/2019 – SEFP/SUREC (peça 221)

PELA EMPRESA MAIS SOLUÇÕES GRÁFICAS EIRELI

Não apresentou manifestação.

E. EXAME TÉCNICO

Item I, alínea “a”: justifique, devido à incongruência de manifestações desse órgão em momentos processuais distintos, em quais atestados foi fundada a habilitação da empresa Fox Produções, com encaminhamento da análise técnica realizada, demonstrando a compatibilidade dos atestados aceitos com as quantidades, prazos e características do objeto licitado;

Manifestação da 1ª Bda Inf SI (peça 223):

5. Alega que, como subsídio para habilitação da empresa, o Pregoeiro considerou os atestados remetidos pela empresa FOX, trazidos a seguir:

Atestado	Quantidade gerador por atestado	Tempo
Mais Soluções	01	364 dias
Furnas	01	61 dias
Do Ministério do Esporte	01	5 dias
Eletrobrás	01	13 dias
Secretaria de Estado de Segurança Pública GDF	01	1 dia
total		444 dias

6. O item 8.20.1 do edital solicita que a aptidão seja aferida com características, quantidade e prazo compatíveis com o objeto da licitação, por um período não inferior a um ano, não havendo necessidade de serem continuados no mesmo contrato. O somatório dos atestados apresentados atende ao requisito de mais de um ano de locação de geradores.

7. Informa que não foi realizado um relatório de análise técnica dos atestados apresentados pela empresa Fox Produções, sendo responsabilidade do pregoeiro e da equipe de apoio fazer esta avaliação.

8. Salienta que a Operação Acolhida não possui expectativa de orçamento próprio, sendo necessária a descentralização externa de crédito (destaque), algo que é incerto. Essa incerteza é a característica preponderante pela escolha do Sistema de Registro de Preço.

9. Portanto, o pregoeiro analisou a capacidade da empresa em gerir as contratações de geradores no período de um ano — vigência da Ata SRP. Fato que foi completamente comprovado pela empresa habilitada, por meio da apresentação, no dia 11/3/2019, dos atestados de capacidade técnica, em especial do Ministério do Esporte, os quais foram complementados pelos instrumentos contratuais apresentados posteriormente.

Análise:

10. Percebe-se que o atestado emitido pela empresa Mais Soluções Gráficas Eireli foi preponderante para a habilitação da licitante Fox Produções Ltda. Ao se subtrair os 364 dias constantes deste atestado, restam apenas 80 dias que foram comprovados pelos atestados emitidos por Furnas, Ministério do Esporte, Eletrobrás e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF.

11. O edital do certame previa o seguinte:

8.22. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade

presente no sistema (upload), no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

[...]

8.27. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12. Portanto, há uma contradição por parte da Organização Militar, pois, a mesma afirma que a documentação apresentada em 11/3/2019 comprovaria “completamente” (peça 223, p. 7) a capacidade técnica da empresa Fox. Acontece que o atestado de capacidade técnica emitido pela empresa Mais Soluções Gráficas Eireli somente foi enviado em 15/3/2019.

13. Também não houve a realização de uma análise técnica sobre os atestados apresentados, nem foi demonstrada a compatibilidade dos mesmos com o objeto do Pregão 47/2018. Todos os atestados apresentados pela empresa Fox envolvem o fornecimento de apenas um gerador por evento, ao passo que, de acordo com o Termo de Homologação do certame no Portal de Compras Governamentais, apenas para o item 1 há a previsão de fornecimento de 324 geradores.

14. Ademais, percebe-se que a unidade de fornecimento dos geradores no Pregão 47/2018 é mensal, ao passo que a maioria dos atestados se referem a eventos de curta duração, exceto pelo atestado emitido pela empresa Mais Soluções, cuja autenticidade ainda será analisada no decorrer da presente instrução.

15. Cabe ainda colacionar a manifestação do Exmo. Ministro Relator em seu Despacho de peça 208:

Encerrada e etapa de lances, consoante as mensagens do sistema eletrônico, o pregoeiro solicitou, em 11/3/2019, à licitante detentora da melhor proposta o encaminhamento da proposta ajustada e da documentação de habilitação.

Ocorre que, em 15/3/2019, após verificar que os atestados encaminhados comprovavam apenas 9 meses e 6 dias de prestação de serviços, o pregoeiro concedeu novo prazo à empresa Fox Produções Ltda. para que atendesse à exigência do edital de prazo mínimo de 1 ano, **podendo apresentar qualquer documento**.

A licitante encaminhou, então, atestado emitido pela empresa Mais Soluções Gráficas, referente à locação de gerador de 180 KVA, no período de 1/2/2012 a 1/2/2013 (peça 182).

Segundo manifestação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva à peça 199, esse foi o documento considerado pelo pregoeiro para a habilitação da Fox Produções Ltda. (p. 5).

A concessão de novo prazo para apresentação outro documento de habilitação contraria os artigos 43, §3º, da Lei 8.666/1993, 4º, inciso XVI, da Lei 10.520/2002, e o item 8.22, do instrumento convocatório, *in verbis*:

Lei 8.666/1993:

Art. 43. [...]

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. (grifos acrescidos)

Lei 10.520/2002:

Art. 4º. [...]

XVI - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos

licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor; (grifos acrescidos)

Instrumento Convocatório:

8.22. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. [...] (grifos acrescidos)

A Administração encontra-se estritamente vinculada aos termos do edital, o qual não prevê a possibilidade de concessão de novo prazo a licitante que, num primeiro momento, não apresenta documentação suficiente para ser habilitada, nem poderia, consoante os dispositivos legais reproduzidos.

A 1ª Brigada de Infantaria de Selva poderia, apenas, requerer documentação para esclarecer dúvidas ou comprovar a legitimidade dos atestados apresentados, nos termos da lei e do item 8.20.4, do edital.

16. Portanto, além de não ter sido demonstrada a compatibilidade dos atestados apresentados **com as quantidades e características do objeto licitado**, percebe-se que a habilitação da empresa Fox, por ter dependido do atestado emitido pela empresa Mais Soluções Gráficas para que atendesse à exigência do edital de **prazo** mínimo de um ano, o qual foi apresentado somente quatro dias após a convocação da empresa para o envio dos seus documentos de habilitação, contrariou os artigos 30, inciso II, e 43, §3º, da Lei 8.666/1993; 4º, inciso XVI, da Lei 10.520/2002, e o item 8.22, do edital do Pregão 47/2018.

Item I, alínea “b”: justifique a aceitação de envio de documentação nova, em desacordo com o previsto no art. 43, § 3º da Lei 8.666/93, uma vez que o atestado emitido pela empresa Mais Soluções Gráficas foi encaminhado após solicitação, pelo pregoeiro, em 15/3/2019, do envio de nova documentação para a empresa Fox Produções Ltda., para fins de habilitação técnica, após verificar que a documentação inicialmente apresentada pela licitante, em 11/3/2019, não cumpria os requisitos exigidos no edital;

Manifestação da 1ª Bda Inf SI (peça 223):

17. Preliminarmente salienta que foram implementadas ferramentas de gestão para a não ocorrência do mesmo procedimento.

18. Argumenta que o processo licitatório em voga é um pregão eletrônico, onde há a análise das propostas, para, em seguida, serem solicitados os documentos de habilitação. O pedido de remessa de documentos de habilitação junto com a proposta visa tão somente permitir o acesso aos documentos em tempo oportuno, tendo em vista que muitas vezes por problemas técnicos de acesso à internet se torna inviável o envio.

19. O pregão eletrônico possui etapas bem delimitadas conforme a legislação. Cabe trazer também o entendimento do TCU quanto a essa diferenciação, conforme o Acórdão 7.724/2011-TCU-2º Câmara:

12. Como se vê, no pregão presencial, primeiro é aberto o envelope contendo a proposta de preços, ocasião em que o pregoeiro verifica a conformidade do objeto e do valor ofertados com as disposições do edital, para assim decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade. Não há, portanto, previsão para que sejam examinados, na fase de aceitação de propostas, outros aspectos que não aqueles relacionados ao conteúdo do envelope da proposta comercial, em especial no que diz respeito ao objeto e do valor ofertados. A avaliação de aspectos relacionados à licitante — dentre eles as condições para participar do certame — só podem ser verificadas após a abertura do envelope

contendo a documentação de habilitação.

13. Em consonância com a legislação acima, o Decreto 5.450/2005, que regulamenta o pregão na forma eletrônica, dispõe (grifamos):

Art. 9º Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

(...)

IV — elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;

Art. 21. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

(...)

Art. 22. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

(...)

§ 4º As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

(...)

Art. 25. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital. '

14. A leitura do decreto deixa claro que, na fase de aceitação de propostas, é confrontada a proposta classificada em primeiro lugar com de preços com os critérios de aceitação previstos em edital, sendo certo que um destes critérios consiste na compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, conforme o art. 25 reproduzido acima. A exemplo da Lei 10.520/2002, o decreto não menciona o exame de aspectos relacionados à licitante nesta fase.

15. Este entendimento também pode ser extraído de manuais sobre o pregão eletrônico. Vejamos o manual do Curso de Formação de Pregoeiros - Pregão Eletrônico Tradicional (Módulo 3 - Pregão Eletrônico - Operacional - parte 1, grifamos):

“7, Sessão Pública do Pregão

A sessão pública do Pregão Eletrônico compreende:

- * Análise de propostas
- * Fase de lances
- * Aceitação de propostas
- * Habilitação de fornecedores
- * Abrir/fechar prazo para intenção de recurso
- * Juízo de admissibilidade
- * Encerramento da sessão pública

[...]

20. Ressalta que o procedimento adotado pelo pregoeiro para o envio de documentos na fase de habilitação no prazo de 2h ocorreu não somente para a empresa Fox Produções, ou seja, foi dada oportunidade a todas aquelas que estavam concorrendo.

21. Entende que o §3º do Art. 43 da Lei 8.666/93 trata da inclusão de novos documentos na

proposta do licitante e não na documentação de habilitação. O atestado inserido no dia 15/3/2019 foi solicitado durante a fase de habilitação prevista nos incisos XI, XII e XIII do Art. 4º da Lei 10.520/2002.

22. O processo em voga também é regido pelo Decreto 5.450/2005, que regula os pregões eletrônicos, onde está bem delimitada a fase de habilitação separada da análise da proposta. O § 3º do Art. 26 permite ao pregoeiro sanar erros ou falhas contanto que não altere a proposta, não comentando nada sobre alteração da documentação da habilitação.

§ 3º No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Análise:

23. A Organização Militar não trouxe elementos novos em relação à resposta à oitiva realizada em termos similares em momento pretérito (peça 69, p. 3-7). Portanto, cabe colacionar análise previamente realizada por esta Unidade Técnica (peça 187):

5. O subitem 8.22 do edital do Pregão Eletrônico 47/2018 estabelecia o seguinte:

8.22. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail slc.bda@1bdainfs1eb.mil.br. [...]

6. A sessão pública do Pregão Eletrônico 47/2018, iniciada em 8/3/2019 e suspensa após o encerramento da fase competitiva, foi retomada em 11/3/2019, com a convocação das empresas detentoras das melhores propostas, nos termos abaixo:

Pregoeiro	11/03/2019 09:45:35	Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante detentor da melhor oferta será convocado para anexar sua proposta vencedora ajustada ao lance dado ao(s) Item(s), conforme modelo constante do Anexo VI do edital, por meio da funcionalidade disponível no sistema (enviar anexo) após convocação deste pregoeiro, no prazo máximo de 02 (duas) horas.
Pregoeiro	11/03/2019 09:45:55	Para maior celeridade, solicito, também, que a proposta seja encaminhada junto com os documentos de habilitação. Caso haja a necessidade de maior prazo, o licitante deverá se manifestar via “Chat”, devidamente justificado, para apreciação e autorização do pregoeiro.

7. Conforme evidenciam as mensagens acima, a solicitação de documentos referida no subitem 8.22 ocorreu no dia 11/3/2019, ocasião em que o pregoeiro concedeu aos licitantes duas horas para o envio das propostas e demais documentos de habilitação. Uma vez encaminhada a documentação pertinente à habilitação, considerando o teor do § 3º do art. 43 da Lei 8.666/1993, não seria permitida a inclusão de novos documentos além daqueles necessários ao esclarecimento de eventuais dúvidas.

8. Nesse contexto, na concessão de novo prazo à empresa Fox Produções Ltda., em 15/3/2019, para envio de documentos aptos a comprovar a execução dos serviços por prazo não inferior a um ano, não seria possível aceitar documentos que não tivessem por finalidade apenas esclarecer dúvidas relacionadas aos elementos inicialmente apresentados.

Pregoeiro	15/03/2019 11:32:33	Para FOX PRODUCOES LTDA - Senhor(a) licitante, em análise aos atestados de capacidade técnica encaminhados, foi verificado que a soma dos prazos de prestação dos serviços resulta em 9 meses e 6 dias. Contrariando o disposto no subitem 8.20.1 do Edital, o qual estabelece o prazo mínimo de 1 (um) ano.
Pregoeiro	15/03/2019 11:35:22	Para FOX PRODUCOES LTDA - Será concedido 2 (duas) horas, a partir da convocação do anexo, para V.Sa. encaminhar comprovações de aptidão para a prestação dos serviços em prazo não inferior a 1 (um) ano.

9. Não obstante, na troca de mensagens, o pregoeiro informou ao licitante que ele poderia apresentar qualquer documento que pudesse comprovar sua aptidão, tanto que faz expressa menção a atestado que não havia sido apresentado anteriormente.

Pregoeiro	15/03/2019 11:54:09	Para FOX PRODUCOES LTDA - Este momento é para comprovar a sua habilitação, V.Sa. poderá trazer à análise qualquer documento que possa comprovar a sua aptidão.
07.443.954/000118	15/03/2019 11:54:28	Sr. Pregoeiro, entendido, serão encaminhados os contratos, para comprovar que a empresa presta esse tipo de serviço a mais de 01 (um) ano.
[...]	[...]	[...]
Pregoeiro	15/03/2019 14:33:16	Para FOX PRODUCOES LTDA - Peço que, se possível, possa dividi-los em arquivos menores. Dê prioridade para o atestado de capacidade técnica da empresa Mais Soluções, por ser documento de fato novo.

10. Assim, a abertura de novo prazo para envio de novos documentos, da forma como realizada no Pregão Eletrônico 47/2018, não se coaduna com o disposto no § 3º do art. 43 da Lei 8.666/1993.

24. Portanto, percebe-se que a documentação inicialmente enviada foi analisada, e após ter sido verificado que a soma dos atestados não atendia o exigido no edital, foi solicitado à licitante que encaminhasse comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em prazo não inferior a 1 (um) ano. Essa nova documentação encaminhada (atestado da empresa Mais Soluções) caracteriza o envio de nova documentação, que foi indevida e, conforme já consignado no item 16 desta instrução, contrariou os artigos 43, §3º, da Lei 8.666/1993, 4º, inciso XVI, da Lei 10.520/2002, e o item 8.22, do edital do Pregão 47/2018.

Item I, alínea “c”: justifique a compatibilidade entre o objeto licitado e os serviços atestados

pelo Ministério do Esporte, relacionados ao Contrato 5/2016, firmado entre o citado órgão e a Fox Produções Ltda., quanto aos seguintes aspectos: c.1) características, tendo em vista a diferença entre o objeto licitado (locação de geradores) e os serviços referidos nos atestados de capacidade técnica (organização de eventos); c.2) quantidades e prazos, uma vez que a licitação trata da locação de 62 geradores por período continuado, ao passo que os atestados apresentados se referem a eventos isolados, com um ou dois dias de duração;

Manifestação da 1ª Bda Inf SI (peça 223):

25. Dentro da contratação de organização de eventos foi realizado a locação de gerador de acordo com os atestados apresentados, não havendo detalhamento objetivo no edital dos parâmetros a serem feitos para a análise da habilitação.

26. A quantidade de 62 geradores é para uma Ata de Registro de Preços. O objeto da licitação é explícito:

LOCAÇÃO DE GERADORES ELÉTRICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA, EM APOIO A FORÇA TAREFA LOGISTICA HUMANITARIA - OPERAÇÃO ACOLHIDA. CONFORME CONDIÇÕES. QUANTIDADES E EXIGENCIAS ESTABELEMLCIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

27. Portanto, não existe indicação de contratação continuada.

Análise:

28. A Organização Militar não logrou demonstrar a compatibilidade **entre o objeto licitado e os serviços atestados pelo Ministério do Esporte, relacionados ao Contrato 5/2016, limitando-se a argumentar que não havia** “detalhamento objetivo no edital dos parâmetros a serem feitos a análise da habilitação”.

29. No que tange à afirmação de que “não existe indicação de contratação continuada”, tal argumento é refutado por documentação previamente trazida pela própria Organização Militar (peça 201), onde foi apresentado quadro de distribuição de geradores nas instalações de acolhimento aos imigrantes e refugiados venezuelanos e foi afirmado o seguinte:

Do exposto, concluo que a falta de geradores nos locais supracitados poderá gerar grandes transtornos à operacionalização das atividades finalísticas e de apoio da Operação Acolhida, acarretando mais agravamento da crescente crise migratória que assola o estado de Roraima.

30. Ainda que a locação dos geradores não tenha caráter permanente, é razoável inferir que a necessidade de geradores não se dá de forma episódica, por curto espaço e tempo, como é o caso dos eventos realizados pela empresa Fox na maioria dos seus atestados de capacidade técnica. Repise-se ainda que a unidade de medida no Termo de Referência é mensal (peça 2, p. 30). Além disso, a vigência prevista para os contratos a serem celebrados é de doze meses, podendo ser prorrogada até o limite de sessenta meses, conforme item 15.2 do edital (peça 2, p. 18), o que caracteriza a possibilidade de continuidade das contratações.

31. Portanto, a aceitação de atestados que não são compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação afronta o art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993.

Item I, alínea “d”: estudos técnicos preliminares para a contratação, evidenciando as justificativas para os quantitativos definidos no Termo de Referência e valores estimados, acompanhados das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte;

Manifestação da 1ª Bda Inf SI (peça 223):

32. Trata-se de processo licitatório cuja finalidade é registrar o preço de determinado material ou serviço em ata (Ata de Sistema de Registro de Preços) em quantidade estimada, condicionando o licitante vencedor (detentor de Ata de Registro de Preços) a registrar seu preço por um determinado período, não superior a 12 (doze meses), e, sempre que solicitado, este deverá fornecer à Administração Pública pelo preço registrado.

33. O ponto fundamental no Sistema de Registro de Preços é que a Administração não é obrigada a contratar, adquirindo os bens ou serviços; o licitante assume a obrigação, mas a Administração não. Com a Ata de Registro de Preços, a Administração compra ou contrata se quiser, quando quiser e na quantidade que quiser, dentro dos quantitativos máximos licitados e do prazo da validade da ata.

34. O Pregão 47/2018 visa, também, atender outras necessidades diversas da Operação Acolhida, do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e das Organizações Militares do Exército sediadas em Boa Vista-RR, que participam de várias atividades para segurança e desenvolvimento da fronteira norte do Brasil.

35. Encaminhou cópias do contrato da empresa que primeiramente atendeu a Operação Acolhida (Artex Construções Serviços e Reformas – ME) e serviu de base para o levantamento das necessidades da citada Operação (peça 226, p. 11-23). Também trouxe os Termos de Referência, e estudos Preliminares do Comando da 1ª Bda Inf SI, do 6º BEC e do 7º BIS, Unidades Gestoras Participante (peça 225, p. 7-30 e peça 226, p. 1-10).

36. Ressaltou que, nas necessidades do Cmdo da 1ª Bda Inf SI, são inseridas futuras necessidades do 10º GAC SI, do 12º Esqd C Mec, do 1º B Log SI, do 1º Pel Com SI, da Cia Cmdo da 1ª Bda Inf SI, do 32º Pel PE, Organizações Militares sem autonomia administrativa e vinculadas na Unidade Gestora do Comando da 1ª Bda Inf SI.

37. Por fim, ponderou que as necessidades das Unidades Gestoras participantes no pregão em voga visam atender possíveis hipóteses de emprego das Unidades do Exército, não somente a Operação Acolhida, tendo em vista a atual situação interna do Estado de Roraima e da nação Venezuelana. Estas necessidades são consideradas voláteis quanto ao emprego do quantitativo de geradores.

Análise:

38. Em consulta ao edital do certame, temos os seguintes quantitativos:

1.2 . Demanda por órgão gerenciador e participantes:

ITEM	1ª Bda Inf SI	CCFRON/RR	6º BEC	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO ANUAL TOTAL
1	144	144	36	R\$ 17.735,21	R\$5.746.208,04
2	168	168	36	R\$19.185,93	R\$ 7.137.165,96
3	72	72	36	R\$11.865,22	R\$2.135.739,60
4	120	120	36	R\$26.235,32	R\$7.240.948,32
5	72	72	36	R\$31.175,56	R\$5.611.600,80
6	24	24	0	R\$18.269,91	R\$876.955,68
7	48	48	0	R\$19.717,17	R\$1.892.848,32
8	36	36	24	R\$21.877,44	R\$2.100.234,24
9	36	36	0	R\$26.910,13	R\$1.937.529,36
10	24	24	0	R\$32.030,77	R\$1.537.476,96
Valor Total da Licitação				R\$ 36.216.707,28	

39. Entretanto, de acordo com os documentos acostados aos autos, referentes ao Comando da 1ª Bda Inf SI (peça 225, p. 9-19), CCFRON RR/7º BIS (peça 227, p.16-19) e 6º BEC (peça 227, p. 25-

28), temos os seguintes quantitativos:

Item	1ª Bda Inf SI	CCFRON RR/7º BIS	6º BEC
1	12	12	3
2	14	14	3
3	6	6	3
4	10	10	3
5	6	6	3
6	2	2	
7	4	4	
8	3	3	2
9	3	3	
10	2	2	

40. Ressalte-se que os estudos relativos ao 7º BIS vieram incompletos, com páginas faltando. Entretanto, tendo em vista que anteriormente já houve oitiva, nesse mesmo teor, no bojo deste processo, a Organização Militar já havia enviado tais documentos (peça 69, p. 122-127). Percebe-se que o edital do certame multiplicou esses valores por 12, sem qualquer justificativa plausível, superestimando o objeto. Ainda que o Cmdo da 1ª Bda Inf SI tenha alegado que foram inseridas futuras necessidades de Organizações Militares sem autonomia administrativa, tais necessidades não constam do processo. Além disso, também houve superdimensionamento do quantitativo das demais Unidades Gestoras participantes.

41. Quanto a este ponto, cabe ressaltar o que foi consignado no Acórdão 757/2015-TCU-Plenário, Relator Ministro Bruno Dantas:

9.3. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU que oriente suas unidades, especialmente a Secretaria de Controle Externo das Aquisições Logísticas (Selog), sobre a necessidade de sempre avaliar os seguintes aspectos em processos envolvendo pregões para registro de preços:

9.3.1. planejamento da contratação, incluindo os procedimentos relativos à intenção de registro de preços e à estimativa de quantidades a serem adquiridas, devidamente justificada e baseada em estudos técnicos preliminares e elementos objetivos - arts. 6º, inciso I, e 10, § 7º, do Decreto-Lei 200/1967, art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993, arts. 4º, 5º, inciso V, e 8º do Decreto 7.892/2013 e Acórdãos 1.100/2008, 392/2011 e 3.137/2014, do Plenário, 612/2004 e 559/2009, da 1ª Câmara, e 1.720 e 4.411/2010, da 2ª Câmara;

42. Portanto, além de estar em desacordo com o *decisum* supracitado, a superestimativa dos quantitativos a serem licitados afronta o art. 15, § 7º, inciso II, da Lei 8.666/1993 c/c os incisos I e III do art. 3º da Lei 10.520/2002.

Item I, alínea “e”: demais informações que julgar necessárias;

Manifestação da 1ª Bda Inf SI (peça 223):

43. O contrato foi assinado com a empresa FOX no quantitativo mínimo necessário para atender somente a Operação Acolhida. Não estão sendo autorizadas adesões à ata de registro de preços.

Análise:

44. Esta informação demonstra que a Organização está seguindo os termos delineado pela medida cautelar deferida pelo Ministro Relator (peça 208) e referendada pelo Plenário do TCU (peça 216).

Item II: oitiva da sociedade empresária Fox Produções Ltda. (CNPJ 07.443.954/0001-18), para, no prazo de quinze dias, manifestar-se, caso queira, sobre os fatos constantes nos subitens I, “a”, “b” e “c”, acima;

Manifestação (peça 228):

45. Sustenta que o requisito previsto para aceitabilidade da proposta da empresa ora questionada envolve a avaliação não só de atestados, mas também de contratos relacionados ao objeto da licitação, quando firmados para execução em período inferior.

46. Diante disso, no dia 13/03/2019, com o fim de cumprir com tal exigência, a empresa FOX apresentou, tempestivamente, mais de cinquenta atestados e contratos. A complexidade na análise, justificada não só pelo procedimento exigido no edital, mas pela vasta documentação juntada, levou o pregoeiro a utilizar-se da faculdade legal prevista no §3º, do art. 43 da Lei 8.666/1993, ocasião em que suspendeu a sessão, retomando-a no dia 15/3/2019.

47. Em 15/03/2019, após diligência, o pregoeiro constatou que a documentação enviada não corresponderia ao somatório de um ano, na ocasião em que foi permitido que a empresa encaminhasse “as comprovações de aptidão para a prestação dos serviços em prazo não inferior a 1 (um) ano”, concedendo à empresa Fox, o prazo de duas horas.

48. Frisou que a suspensão para promover diligência se deu quando o pregoeiro se deparou com uma série de provas complexas. Acredita-se com isso, que, naquele momento, ele ainda não tinha condições de avaliar a documentação e julgar se haveria necessidade de esclarecimentos ou de complementações necessárias, o que somente foi feito na sessão do dia 15/03.

49. Portanto, não há que se falar em qualquer ilegalidade ou irregularidade praticada pelo pregoeiro do certame, admitindo, não só para a empresa Fox, mas para os outros licitantes, a oportunidade de apresentação de suas propostas e dentro de um prazo razoável, realizar “alterações necessárias”, conforme se extrai, por exemplo, das mensagens da sessão pública trocadas entre o pregoeiro e os licitantes. Portanto, forçoso reconhecer que a atitude do pregoeiro revela o tratamento isonômico e impessoal com o que conduziu o procedimento, compatível com os princípios que norteiam um certame licitatório.

50. Cabe ainda ponderar que por meio do Acórdão 1.385/2016-Plenário-TCU, o Ministro José Mucio seguiu esta mesma linha de pensamento:

(...) diante de dúvidas em relação aos documentos apresentados pelo licitante, faculta-se à comissão de licitação ou ao pregoeiro a realização de diligências para a verificação da fidedignidade de seu conteúdo. Da mesma forma, compete ao órgão de controle externo verificar a correta observância das normas e princípios relativos aos procedimentos licitatórios no âmbito da Administração Pública Federal.

51. Consigna que a jurisprudência do TCU é rica na existência de inúmeros julgados que consideram incorreta a inabilitação de licitante em virtude da ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, de que não resulte, principalmente, em falta de isonomia entre os participantes.

52. Ressalte-se, ainda, que a empresa Fox foi habilitada, além de atender as exigências técnicas do edital, por apresentar o menor preço. Desta feita, não há qualquer irregularidade no procedimento adotado pelo pregoeiro, que, em primazia ao interesse público, alcançou o menor preço para contratação, conciliando perfeitamente com a exigência técnica para prestação do

serviço de locação de geradores elétricos, para atender as necessidades da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em apoio a Força Tarefa Logística Humanitária – Operação Acolhida.

53. É certo que a existência de isonomia entre os licitantes passa pela impossibilidade de juntar documentos novos durante o procedimento, porém, a situação acometida no certame ora em debate em nada se relaciona com a proibição normativa.

54. Contextualizando esses ensinamentos dentro do caso apreciado, verifica-se que a diligência por parte do pregoeiro, que não se sente confortável com extensão da comprovação dos documentos apresentados, não pode ser confundida com o conceito de documento novo, pois aquela trata-se de medida coerente e eficaz apta a resguardar a melhor proposta e o interesse público dentro da comprovação de um sistema probatório complexo, que, por sua própria natureza intrínseca, comporta tais diligências.

55. Pensar o contrário, repita-se, seria inviabilizar a promoção de medidas que nasceram para resguardar o interesse público, sobretudo quando diante de exigências puramente formais com o único intuito de subverter a higidez do certame licitatório.

56. Ressalta que o edital do Pregão 47/2018 foi claro ao estabelecer a comprovação de aptidão para prestação dos serviços para fins de qualificação técnica, conforme se verifica no subitem 8.20.1 do Edital.

57. Pela simples leitura do dispositivo é possível concluir que a exigência para qualificação técnica está voltada à comprovação de aptidão para a prestação do serviço, o que, para a empresa Fox, está claramente evidenciada não só no contrato com o Ministério dos Esportes, mas em todo o complexo probatório apresentado (atestados, contratos, notas fiscais) que serviu de base para o órgão licitante decidir por sua habilitação técnica. Sendo assim, em que pese o objeto da licitação se referir à locação de geradores, não seria razoável, bem como caracterizaria restrição à competitividade da licitação, não admitir a atividade de organização de eventos para fins de demonstração da aptidão na prestação do objeto licitado, pois a referida atividade representa maior abrangência de serviços, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à única atividade de locação de geradores.

58. Por essa razão, reiteramos que a qualificação técnica da Representada é suficientemente compatível ao exigido no certame, sobretudo ao considerar a vasta documentação devidamente apresentada, que revela que a empresa Fox está apta a executar o serviço de locação de geradores, de tal sorte que foi, acertadamente, considerada habilitada pelo nobre pregoeiro.

Análise:

59. A manifestação da empresa Fox Produções Ltda. se deu em termos similares aos que já foram apresentados previamente a este Tribunal no documento de peça 15 e tampouco apresentou argumentos que pudessem mudar o entendimento desta Unidade Técnica em relação à análise empreendida sobre os subitens I, “a”, “b” e “c” da oitiva endereçada ao Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.

Item IV: diligência junto à Secretaria de Estado de Fazenda do Governo de Brasília para que, no prazo de quinze dias, se manifeste quanto à alegação da empresa Fox Produções Ltda. (CNPJ 07.443.954/0001-18) de que, na execução do contrato que teria sido firmado com a empresa Mais Soluções Gráficas Eireli. (CNPJ 13.845.636/0001-86), por tratar de atividade de locação de bens móveis, não sendo atividade de serviços, não se faz necessária a emissão de nota fiscal, com base na Lei Complementar 116/03, que dispõe sobre o ISS;

Manifestação do órgão (peça 221):

60. Em relação à emissão de documento fiscal, apenas a locação de bem móvel não é considerada prestação de serviços, desobrigando a empresa da obrigação acessória de emissão de

nota fiscal. Mesmo com incidência de imposto, o contrato foi efetivado há mais de seis anos, os fatos geradores já foram alcançados pelo instituto da decadência e a obrigação de guarda de documentos por parte dos contribuintes também já expirou.

61. Assim, no âmbito do Fisco, não temos base legal para obrigar o contribuinte a apresentar dados relativos ao período. Após notificação, a proprietária da empresa Fox Produções Ltda. apresentou uma declaração confirmando a efetivação do contrato.

Análise:

62. Cabe ressaltar, a título de contextualização, que em instrução pretérita (peça 187, parágrafos 11 e 13), foi questionada a autenticidade do atestado emitido pela empresa Mais Soluções Gráficas Eireli, e a empresa Fox Produções Ltda. foi instada a apresentar notas fiscais que comprovassem a prestação do serviço constante no citado documento. Entretanto, a empresa Fox alegou (peça 205, parágrafo 57) que na execução do contrato que teria sido firmado, por se tratar de atividade de locação de bens móveis, não sendo atividade de serviços, não seria necessária a emissão de nota fiscal, com base na LC 116/03, que dispõe sobre o ISS.

63. Tendo em vista que o Fisco do Distrito Federal corroborou o argumento de que não haveria a necessidade de emissão de nota fiscal na atividade de locação de geradores (bens móveis), ainda pairam dúvidas sobre a autenticidade do atestado emitido pela empresa Mais Soluções Gráficas Eireli, especialmente porque a mesma não se pronunciou nos autos.

64. Entretanto, como já foi analisado por esta Unidade Técnica, o citado atestado não deveria ter sido considerado pelo pregoeiro, pois se tratava de inclusão de documento novo, em afronta aos artigos 43, §3º, da Lei 8.666/1993, 4º, inciso XVI, da Lei 10.520/2002, e o item 8.22, do edital do Pregão 47/2018.

Item V: oitiva da sociedade empresária Mais Soluções Gráficas Eireli. (CNPJ 13.845.636/0001-86), para, no prazo de quinze dias, manifestar-se, caso queira, sobre a autenticidade do contrato à peça 197, bem como quanto a efetiva prestação dos serviços de locação de gerador, no prazo de um ano, pela empresa Fox Produções Ltda. (CNPJ 07.443.954/0001-18);

65. A empresa Mais Soluções Gráficas Eireli não apresentou manifestação.

Item a): realizar a oitiva do 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC) e do Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva (C Fron RR/7º BIS), com amparo no art. 250, V, do Regimento Interno/TCU, para que, no prazo de quinze dias, se pronunciem sobre as supostas irregularidades apontadas no presente processo, relativas ao Pregão 47/2018 (conforme instruções às peças 187 e 205), realizado pelo Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Cmdo 1ª Bda Inf SI)

Manifestação do 6º BEC (peça 239):

66. Informa que, após tomar conhecimento da abertura de Intenção de Registro de Preços, tendo como objeto o serviço de locação de geradores elétricos, realizou um levantamento de suas expectativas de demandas para atender às missões para Operação Acolhida e decidiu manifestar interesse na participação do certame.

67. Para tal, elaborou Termo de Referência e demais documentações exigidas para participação no pregão e remeteu ao Cmdo da 1ª Bda Inf SI. Destaca que as fases seguintes do Pregão (lances, habilitação dos fornecedores, julgamento de recursos) foram conduzidas pela Unidade Gestora Gerenciadora, não tendo esta Unidade nenhuma ingerência sobre supostas irregularidades apontadas no processo.

Manifestação do C Fron RR/7º BIS (peça 252):

68. Não se manifestou quanto a este ponto.

Análise:

69. Tendo em vista que a condução do certame foi feita pela 1ª Bda Inf SI, não foram trazidos argumentos aptos a mudar a análise anteriormente efetuada por esta Unidade Técnica nesta instrução.

Item b): diligenciar o 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC) e o Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva (C Fron RR/7º BIS), com fundamento nos artigos 157 e 187 do Regimento Interno/TCU, para que, no prazo de quinze dias, encaminhem os seguintes esclarecimentos: b.1) informe se o serviço de locação de geradores elétricos é essencial ao funcionamento das atividades da Organização Militar; em caso positivo, informe a quantidade mínima de geradores, necessária para manter as atividades supracitadas, discriminando por itens do Pregão 47/2018; b.2) demais informações que julgar necessárias;

Manifestação do 6º BEC (peça 239):

70. Informa que, na época da abertura da Intenção de Registro de Preços, havia expectativa da possibilidade da utilização do serviço de locação de geradores elétricos nas missões de apoio na Operação Acolhida, conforme informado no Termo de Referência. No entanto, até o presente momento, essa expectativa não foi concretizada, tornando o serviço de locação de geradores não essencial ao funcionamento das atividades da Organização Militar.

71. Entretanto, ressalta que, em situações eventuais, pode haver a necessidade do seu respectivo uso em abrigos ou mesmo em destacamentos do Batalhão, discriminados no Termo de Referência

Manifestação do C Fron RR/7º BIS (peça 252):

72. Pondera que, como nada foi empenhado nesta Ata de Registro de Preços, e a Operação Acolhida encontra-se em fase mais estabilizada, sem previsão de surgimento de novas demandas, o serviço de locação de geradores elétricos não é essencial ao funcionamento das atividades desta Organização Militar.

Análise:

73. Percebe-se que o serviço de locação de geradores elétricos não é essencial ao funcionamento das atividades dos órgãos participantes do Pregão 47/2018, bem como não houve contratação até o presente momento.

74. Por todo o exposto, entende-se que a habilitação da empresa Fox Produções Ltda. se deu de maneira indevida, tendo em vista que se baseou majoritariamente em atestado de capacidade técnica apresentado de modo extemporâneo, e não comprovou aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Entretanto, tendo em vista o caráter sensível da Operação Acolhida, bem como as consequências indesejáveis para a sociedade brasileira advindas de uma eventual paralisação dos serviços de acolhida aos imigrantes venezuelanos, propõe-se a revogação da medida cautelar adotada.

75. Outrossim, também deve ser proposta determinação ao Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva para que, no âmbito do contrato derivado do Pregão 47/2018, realize apenas contratações estritamente necessárias à manutenção da Operação Acolhida, somente pelo prazo necessário à realização de novo certame.

76. Também deve ser proposta determinação ao Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva para que não permita adesões à ata de registro de preços decorrente do Pregão 47/2018.

77. Ademais, os elementos constantes dos autos permitem, desde já, a avaliação quanto ao

mérito da presente representação como **parcialmente procedente**.

78. Será proposta, portanto, a **revogação** da medida cautelar adotada, com a realização de determinação, na forma descrita nesta instrução

F. IMPACTO DOS ENCAMINHAMENTOS PROPOSTOS

Haverá impacto relevante no órgão e/ou na sociedade, decorrente dos encaminhamentos propostos?	Sim
---	-----

79. O encaminhamento proposto resguardará o interesse público, corrigindo irregularidades verificadas no Pregão 47/2018, porém não afetando o desenvolvimento dos trabalhos da Operação Acolhida, de vital importância para a sociedade brasileira.

G. PEDIDO DE INGRESSO AOS AUTOS E DE SUSTENTAÇÃO ORAL

Há pedido do representante de ingresso aos autos?	Não
--	-----

Há pedido do representante de sustentação oral?	Não
--	-----

H. PROCESSOS CONEXOS E APENSOS

Há processos conexos noticiando possíveis irregularidades na contratação ora em análise?	Não
---	-----

I. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

80. Em virtude do exposto, propõe-se:

80.1. **conhecer** da **representação**, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

80.2 no mérito, considerar a presente representação **parcialmente procedente**;

80.3 **revogar** a medida cautelar anteriormente concedida.

80.4 **determinar** ao Comando da 1º Brigada de Infantaria de Selva, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, que adote providências quanto ao item abaixo, e informe ao TCU, no prazo de 60 dias, os encaminhamentos realizados:

a) no âmbito do contrato derivado do Pregão 47/2018, firmado com a empresa Fox Produções Ltda., realize apenas contratações estritamente necessárias à manutenção da Operação Acolhida, somente pelo prazo necessário à realização de novo certame, e não permita adesões à ata de registro de preços decorrente do Pregão 47/2018, tendo em vista que:

a.1) a inclusão, em momento posterior ao envio da proposta, do atestado de capacidade técnica pela empresa Fox Produções Ltda. emitido pela empresa Mais Soluções Gráficas Eireli, contrariou os artigos 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e 4º, inciso XVI, da Lei 10.520/2002, bem como o item 8.22, do edital do Pregão 47/2018;

a.2) a aceitação de atestados emitidos pelo Ministério do Esporte, relacionados ao Contrato 5/2016, firmado entre o citado órgão e a empresa Fox Produções Ltda., que não são compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, afronta o art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993; e

a.3) os quantitativos dos itens licitados não condiziam com os estudos prévios ao certame, em afronta ao art. 15, § 7º, inciso II, da Lei 8.666/1993, c/c os incisos I e III do art. 3º da Lei 10.520/2002.

80.5 **informar** ao Comando da 1º Brigada de Infantaria de Selva, ao 6º Batalhão de Engenharia de Construção, ao Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva, ao representante e à empresa Fox Produções Ltda. que o conteúdo da deliberação que vier a ser proferida poderá ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

80.6 **arquivar** os presentes autos, nos termos do art. 169, III, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de que a Selog monitore a determinação supra.”

É o relatório.

VOTO

Trata-se de representação acerca de possíveis irregularidades relacionadas à habilitação da empresa Fox Produções Ltda. no pregão eletrônico para registro de preços 47/2018, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de geradores elétricos para atender às necessidades da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em apoio à Força Tarefa Logística Humanitária - Operação Acolhida.

De acordo com o edital do certame, o contrato a ser firmado terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses.

A licitação foi homologada pelo valor de R\$ 11.495.090,16 e a ata de registro de preços foi assinada em 16/4/2019.

O edital do referido pregão disciplinou que as licitantes deveriam comprovar, a título de qualificação técnica, *“aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com item pertinente, por período não inferior a um ano, mediante apresentação de atestados [...]”* (peça 2, p. 13, item 8.20.1.).

Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro solicitou, em 11/3/2019, à licitante que ofereceu a melhor proposta, Fox Produções Ltda., o encaminhamento da proposta ajustada e da documentação de habilitação.

Em 15/3/2019, verificando que os atestados encaminhados pela empresa comprovavam apenas 9 meses e 6 dias de prestação de serviços, o pregoeiro concedeu novo prazo à sociedade para que atendesse à exigência do edital de prazo mínimo de 1 ano, **podendo apresentar qualquer documento**.

Assim, a licitante encaminhou atestado emitido pela empresa Mais Soluções Gráficas, referente à locação de gerador no período de 1/2/2012 a 1/2/2013.

Em outra manifestação, o órgão promotor da licitação informou que a habilitação da empresa Fox Produções se fundamentou em atestados emitidos pelo Ministério do Esporte, relativos à organização de eventos com um ou mais dias de duração. O fornecimento de gerador, nesses casos, era apenas um dentre dezenas de itens relativos aos eventos, havendo grandes chances de ter sido terceirizado.

Como não foram encaminhadas justificativas adequadas para a habilitação da empresa Fox Produções Ltda., em uma análise perfunctória, verifiquei estarem presentes os requisitos necessários para a concessão de medida cautelar.

Dessa forma, considerando, ainda, a existência de perigo de demora reverso, em razão do término da vigência do contrato anterior, da essencialidade do serviço para o órgão e dos riscos à segurança decorrentes da falta de fornecimento de energia aos abrigos dos refugiados, determinei, cautelarmente, em 10/7/2019, fossem obstadas adesões à ata de registro de preços e eventual prorrogação contratual, permitindo-se, apenas, a realização de contratações estritamente necessárias à manutenção das missões humanitárias (peça 208).

Além disso, determinei a realização de oitiva da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e das empresas Fox Produções e Mais Soluções Gráficas, além de diligência à Secretaria de Estado de Fazenda do Governo de Brasília.

Essa decisão foi referendada pelo Acórdão 1.653/2019 – Plenário (peça 216).

Posteriormente, também foram ouvidos, na condição de órgãos participantes do pregão 47/2018, o 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC) e o Comando de Fronteira – Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva (C Fron RR/7º BIS), porquanto poderiam ser afetados pela decisão de mérito do TCU nos presentes autos.

Em sua derradeira instrução, a Selog propõe considerar parcialmente procedente esta representação e determinar ao Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva que, no âmbito do pregão 47/2018, realize com a empresa Fox Produções Ltda. apenas contratações estritamente necessárias à manutenção da Operação Acolhida, somente pelo prazo necessário à promoção de novo certame, e não permita adesões à ata de registro de preços.

Acolho as conclusões da unidade técnica, incorporando-as às minhas razões de decidir, sem prejuízo das seguintes considerações.

Ouvidos os interessados, persistem as falhas motivadoras da concessão da medida cautelar.

Além de não ter sido demonstrada a compatibilidade dos atestados emitidos pelo Ministério do Esporte com as quantidades e características do objeto licitado, a habilitação da empresa Fox Produções Ltda. efetivamente dependeu do atestado emitido pela empresa Mais Soluções Gráficas para o atendimento ao requisito do edital de prazo mínimo de um ano.

Ocorre que, como já retratado, o atestado emitido pela empresa Mais Soluções Gráficas foi apresentado quatro dias após a convocação da empresa para o envio da documentação de habilitação, contrariando, assim, os arts. 30, inciso II, e 43, §3º, da Lei 8.666/1993, 4º, inciso XVI, da Lei 10.520/2002, e o item 8.22, do edital do Pregão 47/2018 (peça 2, p. 14).

A solicitação dos documentos de habilitação, pelo pregoeiro, prevista no item 8.22, do edital, ocorreu no dia 11/3/2019, ocasião em que o pregoeiro concedeu duas horas, às licitantes, para o envio das propostas e demais documentos de habilitação. Encaminhada a documentação, não era mais possível a inclusão de novos documentos, além daqueles necessários ao esclarecimento de eventuais dúvidas.

Todavia, em 15/3/2019, o pregoeiro encaminhou as seguintes mensagens à Fox:

Para FOX PRODUCOES LTDA - Senhor(a) licitante, em análise aos atestados de capacidade técnica encaminhados, foi verificado que a soma dos prazos de prestação dos serviços resulta em 9 meses e 6 dias. Contrariando o disposto no subitem 8.20.1 do Edital, o qual estabelece o prazo mínimo de 1 (um) ano.

Para FOX PRODUCOES LTDA - Será concedido 2 (duas) horas, a partir da convocação do anexo, para V.Sa. encaminhar comprovações de aptidão para a prestação dos serviços em prazo não inferior a 1 (um) ano.

[...]

Para FOX PRODUCOES LTDA - Este momento é para comprovar a sua habilitação, V.Sa. poderá trazer à análise qualquer documento que possa comprovar a sua aptidão.

Não se trata, portanto, da promoção de diligências para esclarecimento ou complementação da instrução do processo, mas da concessão de novo prazo para envio de documentação nova, o que é vedado tanto pela lei como pelo edital.

Dessa forma, considerando que a habilitação da empresa Fox Produções Ltda. foi indevida tanto em razão da falta de comprovação da aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto licitado como pela apresentação extemporânea de atestado, a cautelar deve ser confirmada para determinar ao Comando da 1ª Brigada de Infantaria e Selva que, no âmbito do pregão 47/2018, realize apenas as contratações da empresa necessárias à manutenção da Operação Acolhida, unicamente pelo

prazo necessário à realização de novo certame, e não permita adesões à ata de registro de preços decorrente desse pregão.

Ante o exposto, voto no sentido de que o Tribunal adote o acórdão que ora submeto à deliberação deste colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de dezembro de 2019.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Relator

ACÓRDÃO Nº 3141/2019 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 007.673/2019-1.
2. Grupo II – Classe de Assunto: VII Representação
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessados: Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (09.569.314/0001-84); Fox Produções Ltda. (07.443.954/0001-18).
4. Órgão: Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Kelly Monteiro Paes Mateus (150402/OAB-RJ) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos esta representação acerca de possíveis irregularidades relacionadas à habilitação da empresa Fox Produções Ltda. no pregão eletrônico para registro de preços 47/2018, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de geradores elétricos para atender às necessidades da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em apoio à Força Tarefa Logística Humanitária - Operação Acolhida;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária do Plenário, com fundamento nos artigos 235 e 237, do Regimento Interno/TCU, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

- 9.1. considerar a presente representação parcialmente procedente;
- 9.2. confirmar a medida cautelar concedida em 10/7/2019 (peça 208) e determinar ao Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que:
 - 9.2.1. no âmbito do pregão 47/2018, realize, com a empresa Fox Produções Ltda., apenas contratações estritamente necessárias à manutenção da Operação Acolhida, unicamente pelo prazo necessário à realização de novo certame, e não permita adesões à ata de registro de preços decorrente do referido certame, tendo em vista que:
 - 9.2.1.1. a inclusão pela empresa Fox Produções Ltda., em momento posterior ao do envio da proposta e da documentação de habilitação, do atestado de capacidade técnica emitido pela empresa Mais Soluções Gráficas contrariou os artigos 43, §3º, da Lei 8.666/1993, e 4º, inciso XVI, da Lei 10.520/2002, bem como o item 8.22, do edital do pregão 47/2018;
 - 9.2.1.2. a aceitação de atestados emitidos pelo Ministério do Esporte, relacionados ao Contrato 5/2016, firmado entre o citado órgão e a empresa Fox Produções Ltda., cuja compatibilidade em características, quantidades e prazos com o objeto do pregão 47/2018 não foi demonstrada, afronta o art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993; e
 - 9.2.1.3. os quantitativos dos itens licitados não condiziam com os estudos prévios ao certame, em afronta ao art. 15, § 7º, inciso II, da Lei 8.666/1993, c/c os incisos I e III do art. 3º da Lei 10.520/2002;
 - 9.2.2. informe, ao TCU, no prazo de 60 dias, as medidas adotadas;
- 9.3. dar ciência desta deliberação ao Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, ao 6º Batalhão de Engenharia de Construção, ao Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva, ao representante e à empresa Fox Produções Ltda.;
- 9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 49/2019 – Plenário.
11. Data da Sessão: 11/12/2019 – Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3141-49/19-P.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: José Mucio Monteiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes e Raimundo Carreiro.
 - 13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
 - 13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

(Assinado Eletronicamente)
JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
WALTON ALENCAR RODRIGUES
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora-Geral

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

ESCRITA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, sediada a Avenida Alphaville, Condomínio Alphaville, nº 199, Centro Empresarial Carlos Fabricio L. Costa, Salvador /BA, CNPJ: 16.306.870/0001-23 Inscrição Estadual nº 27.018.066- NO.

OUTORGADO:

ELSA MARIA FONSECA SEIXAS, brasileira, divorciada, Gerente Comercial, portadora do Registro de Identidade Nº 4.463.786-15, expedido pela SSP-BA, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o Nº 508.259.925-91, residente na Rua da Gratidão nº 290 edif. Ônix apt. 105, bairro Piatã, Salvador /BA.

DOS PODERES:

Pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia seu bastante procurador o Outorgado acima qualificado, conferindo-lhe poderes com a finalidade específica para representar a outorgante em Procedimentos Licitatórios e Processos Seletivos de Qualquer Natureza, promovendo a defesa de seus interesses perante qualquer Repartição Pública Federal, Estadual ou Municipal, Autarquia, Fundação, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista ou mesmo empresas de natureza privada podendo, para tanto: assinar propostas, firmar contratos, formular ofertas e lances de preços, juntar, fotocopiar e retirar documentos, declarar informações, prestar esclarecimentos complementares, assumir compromissos e obrigações relacionados com o objeto de licitação, impugnar propostas, recorrer e desistir de recurso, acompanhar os referidos processos em todos os seus trâmites, ate o final do procedimento, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao regular andamento do procedimento, desde o início até sua conclusão e tudo mais necessário para o bom desempenho do presente mandato.



Salvador, 03 de abril de 2023.

ESCRITA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.
CNPJ 16.306.870/0001-23
Sergio Luiz Teixeira de Freitas
Sócio Diretor de Aquisição
RG 00.718.496-45 CPF 080.059.155-00

Brasil Bahia	
Rua Território do Arapá nº 220 Pituba - CEP 41630-540 Salvador-BA-Fone (71) 3036-5500	
CERTIFICAÇÕES	
Reconheço por SENTELHANÇA a(s) firma(s) de:	
Sergio Luiz Teixeira de Freitas	
Em - <u>est</u> - de Abril de 2023	
da Verdade.	
WESLEY CARVALHO DE JESUS -	
ESCREVENTE-WCDJ	
Selo: 1568.AH550533-1 - Valor: R\$ 6,35	
Consulte em: www.tiba.jus.br/au/autenticidade	